

**Universidade de Évora**

**Escola de Ciências Sociais**

**Mestrado em Gestão e Valorização do Património Histórico e Cultural**

*Especialização em Património Cientifico, Tecnológico e Industrial*

**Relatório Estágio**

**Os Vestígios Patrimoniais da Atividade Oleira no Concelho de Viana do Alentejo**

Autor: Ana Isabel Cachapa Candeias

**Orientador**: **Ana Cardoso de Matos**

**……**

**Co-Orientacdor: Maria Ana Bernardo**

…….

Abril de 2012

**Mestrado em Gestão e Valorização do Património Histórico e Cultural**

*Especialização em Património Cientifico, Tecnológico e Industrial*

**Relatório Estágio**

**Os Vestígios da Atividade Oleira no Concelho de Viana do Alentejo**

Autor: Ana Isabel Cachapa Candeias

**Orientador**: **Professora Doutora Ana Cardoso de Matos**

……

**Co-Orientacdor(es)**: **Professora Doutora Maria Ana Bernardo**

…….

A quem me orientou…

A quem me acolheu…

Aos meus pais, irmão e avó…

Aos meus amigos, à Joana…

Obrigada!!

**Os Vestígios Patrimoniais da Atividade Oleira na Vila de Viana do Alentejo**

O relatório final de estágio, integrado no Mestrado de Gestão e Valorização do Património Histórico e Cultural, aqui apresentado, tem como principal objetivo apre­sentar o trabalho que, por mim, foi realizado na entidade pública que me acolheu, a Câmara Municipal de Viana do Alentejo.

O presente relatório começa por tecer uma breve caracterização acerca deste conce­lho, no que toca às suas principais valências e vicissitudes. Após esta caracterização dá-se início ao tema, propriamente dito, começando por tecer uma breve resenha histó­rica acerca da atividade oleira na vila de Viana do Alentejo. Já no segundo capítulo, são analisadas, pormenorizadamente, as peças de cerâmica pertencentes ao espólio da Câmara Municipal desta vila e que foi, realmente, a principal atividade exercida durante o meu período de estágio nesta entidade.

Como término deste relatório é feita uma reflexão acerca do que se tem feito mas, sobretudo, do que se pode fazer para desenvolver esta atividade industrial.

**Palavras – Chave:** Viana do Alentejo, Olaria, Inventariação

**The Traces of Pottery Activity in Viana do Alentejo Municipality**

The final report , integrated into the Master of Management and Enhancement of Historical and Cultural Heritage, presented here, has as main objective to present the work which, from me was made, in the public entity in which felt really welcomed, the Municipality of Viana do Alentejo.  
  
      This report begins with a brief description about this county, their valences and major events. After this characterization is initiated to the theme itself, beginning with a brief historical weaving about the activity potter in the town of Viana do Alentejo. In the second chapter, are analyzed in detail the piece of pottery belonging to the estate of the City Council of this town and that was really the main activity carried out during my internship in this entity.  
  
      As the end of this report is made ​​a reflection on what has been done but more im­por­tantly and what can be done to develop this industrial activity.

**Keywords**: Viana do Alentejo; Pottery, Inventory

Sumário

Agradecimentos\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_I

Resumo\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_II

Abstract\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_III

Introdução\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_1

1º. Capítulo- A Olaria no Concelho de Viana do Alentejo ao Longo do Tempo\_\_\_\_\_\_11

1. Caracterização Histórica\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_11
2. Da Obtenção da Matéria Prima à Produção da Peça\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_14
3. As Oficinas de Olaria\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_18
4. A Escola de Cerâmica\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_22

2º. Capítulo- Inventariação e Identificação das Peças da Coleção\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_27

1. Alguns Aspetos para a Construção da Ficha de Inventário\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_29
2. Análise das Peças Inventariadas\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_35

3º. Capítulo- Estratégias para o Desenvolvimento da Olaria de Viana do Alentejo\_\_\_39

1. Ações de Divulgação e Valorização da Atividade de Olaria Promovidas pelo Município\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_40
2. Propostas de Valorização\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_42

Conclusão\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_48

Bibliografia\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_49

Anexos\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_IV

Introdução

Esta proposta de estágio foi pensada em parceria com as docentes da Universidade de Évora, minhas orientadora e co-orientadora. Da parte da Câmara Municipal de Viana do Alentejo esta proposta de estágio foi acolhida pelo Dr. João Pereira, Vice - Presidente deste município. A escolha da temática a ser abordada, *Os Vestígios Patrimoniais da Atividade Oleira no Concelho de Viana do Alentejo*, surgiu como uma oportunidade para a Câmara Municipal de Viana do Alentejo ver estudado e tratado um tema que é muitas vezes remetido para o esquecimento.

Após a aprovação desta proposta o estágio decorreu durante cerca de cinco meses, desde o mês de Março de 2011, até ao mês de Agosto do mesmo ano.

O estágio foi desenvolvido no âmbito do Mestrado de Gestão e Valorização do Património Histórico e Cultural, do Departamento de História, da Universidade de Évora e correspondeu à fase final do mestrado acima referido, permitindo-me um contato com o mundo laboral, onde, para além de tudo, pude aplicar todos os conhecimentos adquiridos no decorrer deste meu percurso académico.

Ao iniciar o estágio na referida entidade pública foram várias as hipóteses de trabalho que surgiram, sendo que, de todas elas, a mais premente era o estudo, mas, principalmente, garantir a salvaguarda das peças de cerâmica, pertencentes ao espólio da Câmara Municipal, que se encontravam depositadas no sótão deste edifício. É, portanto, em redor destas peças que vai assentar a realização deste relatório de estágio, pretendendo-se, para além do estudo em questão, assegurar a sua salvaguarda, uma vez que estavam armazenadas em caixotes de papel e de plástico, sem qualquer tipo de proteção, estando algumas delas, inclusive, empilhadas no chão, dada a escassez de espaço deste local, que serve de armazém a vários outros objetos pertencentes a esta entidade. Assim sendo, identificá-las e garantir o seu estudo, através de um processo de inventariação, é, de fato, a premissa que aqui se impõe.

A interrogação que nesta altura se coloca é a de conservar para quê?

É importante lembrar a evolução que o conceito de património tem sofrido desde o século XIX, quando este conceito saiu da esfera privada e assumiu um caráter público, dado que é a partir do Renascimento que, na maioria dos países, o Estado entendeu o património material imóvel como forma de afirmação de uma identidade nacional e, a partir daí, assumiu a sua responsabilidade no que diz respeito à sua preservação. É importante indicar que Portugal não ficou alheio a esta mudança de atitude, de resto um dos primeiros textos legislativos conhecidos sobre a Protecção aos monumentos em Portugal é um alvará, datado de 1721, correspondente ao reinado de D. João V. Neste documento pode ler-se que: “ daqui em diante, nenhuma pessoa de qualquer estado, qualidade e condição que seja desfaça ou destrua em todo, nem em parte qualquer edifício que mostre [antiguidade] ainda que em parte esteja arruinado”.[[1]](#footnote-1) Mais tarde, no reinado de D. Fernando II, foram restauradas as Sés de Lisboa e de Coimbra, a abadia de Alcobaça, os Conventos da Batalha, de Tomar e de Mafra e a Torre de Belém, sendo, no ano de 1880 que se dá o inicio efetivo da inventariação dos monumentos portugueses.[[2]](#footnote-2) Esta inventariação viria, mais tarde, a dar os seus frutos, iniciando-se a protecção de alguns monumentos, através da consagração como Monumentos Nacionais. Importa referir que o primeiro monumento a ter esta designação foi o Castelo de Elvas, em 1906.[[3]](#footnote-3)

Não obstante a evolução que se registou a partir do Renascimento, é a partir do século XX que o conceito de Património se altera significativamente. Note-se, no entanto, que nas primeiras décadas deste século este conceito ainda nos continuava a remeter para a noção de monumento histórico edificado, não contemplando, sequer, a sua envolvente. Tal fato evidenciou-se na *Conferência Internacional de Atenas*, no ano de 1931. Esta foi a primeira conferência internacional para a conservação dos monumentos históricos e, na Carta que saiu deste encontro, continua-se a contemplar o monumento histórico isolado, fazendo somente referência ao respeito que se deve ter “(…) na construção dos edifícios, o carácter e a fisionomia das cidades, sobretudo na vizinhança dos monumentos antigos, cuja proximidade deve ser objecto de cuidados especiais”.[[4]](#footnote-4) Neste documento pode ainda ler-se que a recomendação que se impõe quando um edifício se apresenta em ruínas “(…) com a recolocação em seus lugares dos elementos originais encontrados (…)”[[5]](#footnote-5), ficando esta técnica conhecida como anastilose, que acabará, mais tarde, por se verificar desadequada.

Na década de 50 e no início da década de 60, do século XX, as conceções de urbanismos alteraram-se e, não havendo nenhuma preocupação em conservar estes contextos, juntamente com a especulação imobiliária, provocaram a destruição de elementos importantes da identidade coletiva, em muitos casos de forma irreversível. Tal situação continuaria a acontecer enquanto o paradigma dominante de intervenção em monumentos fosse o da não preservação do seu contexto urbano, o que levou à destruição de muitas envolventes, sendo que algumas delas representavam testemunhos imprescindíveis das identidades locais[[6]](#footnote-6).

É na segunda metade da década de 60, do século passado, que se regista uma alteração no que diz respeito ao conceito de património. Dois exemplos claros desta alteração são a composição da *Carta de Veneza*, no ano de 1964 e a *Convenção Europeia para o Património Arqueológico*, em 1969. Na primeira pode ler-se, logo no Artigo 1º., que o “(…) monumento histórico não é apenas a criação arquitectónica isolada, também a ela estão associados os conjuntos urbanos ou rurais representativos de uma civilização particular, de um movimento significativo ou de um acontecimento histórico (…)”, completa, ainda, que este o conceito de património se estende “(…) não só às grandes criações, mas também às obras modestas”[[7]](#footnote-7). É, portanto, nesta data que o “pequeno” património começa a ganhar expressão e a ser entendido como que representativo de uma identidade comum.

Após esta abrangência do conceito de Património, a tendência foi de progressão nesse sentido. Nas décadas que se seguiram as Cartas, Recomendações e Convenções confirmaram este alargamento. Logo no ano de 1972 confirmamo-lo através da *Convenção do Património Mundial*, que decorreu em Paris e que considerou como Património Cultural não só os monumentos, mas também os conjuntos e sítios, definindo como monumentos as “(…) obras arquitectónicas, de escultura ou de pintura monumentais, elementos ou estruturas de carácter arqueológico, inscrições, grutas e grupos de elementos, que têm um valor universal excecional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência”.[[8]](#footnote-8) Também foram considerados como sítios patrimoniais as “(…) obras do Homem ou obras conjugadas do Homem e da Natureza, assim como os sítios arqueológicos que têm um valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico”[[9]](#footnote-9) Três anos depois, com a *Carta Europeia do Património Arquitectónico*, preconizou-se “ (…) que a conservação do património arquitectónico depende em grande parte da sua integração na vida quotidiana dos cidadãos e do reconhecimento da sua importância nos Planos de Ordenamento do Território e do urbanismo”[[10]](#footnote-10) e que “ O património arquitectónico europeu é constituído não só pelos grandes monumentos mas também pelos conjuntos de construções mais modestas das nossas cidades antigas e aldeias tradicionais”.[[11]](#footnote-11) Ainda na década de 70, mais propriamente em 1976 com a *Recomendação sobre a Salvaguarda dos Conjuntos Históricos e da sua Função na vida Contemporânea*, considerando-se “ (…) que todos os conjuntos a proteger devam em primeiro lugar ser classificados, elaborando-se inventários analíticos de cada conjunto, que incluam informação arquitectónica, económica e sociológica necessária para a programação das operações de salvaguarda”.[[12]](#footnote-12)

A década de oitenta continuou a ser pautada pela continuação do alargamento deste conceito. Logo em 1981, através da *Carta de Florença*, que incluía os Jardins Históricos nesta nova geração de património e que abordou a sua salvaguarda como “ (…) uma composição arquitectónica e vegetal que, do ponto de vista da história ou da arte, apresenta um interesse público e que como tal é considerado como um monumento”.[[13]](#footnote-13) Tendo a *Carta de Veneza* como referência e associando-a a esta *Carta de Florença*, e sendo estes jardins, apesar da sua composição vegetal, exemplares de elementos tradicionais de arquitectura e de escultura, a sua integração perfeita com os elementos arquitectónicos fazem deles um património a ser salvaguardado. Continuando a análise desta evolução concetual, na década de 80, surge-nos a *Convenção de Granada*, mais propriamente no ano de 1985. Nesta Convenção ficou definido como conceito de património “ (…) todas as realizações particularmente notáveis em virtude do seu interesse histórico, arqueológico, artístico, científico, social ou técnico, incluindo as instalações ou os elementos decorativos que fazem parte integrante de tais construções”[[14]](#footnote-14). Por tudo isto podemos afirmar que no final da década de 80 já se havia adquirido a ideia de que salvaguardar o monumento histórico, por si só, isolado, não era o suficiente para se protegerem todos os elementos representativos de uma cultura. Como prova disto mesmo recordo um excerto da *Carta Internacional para a Salvaguarda das Cidades Históricas*, que data de 1987 e onde se pode ler que “ (…) mais do que em edifícios de excecional valor arquitectónico, é no conjunto e na diversidade dos seus múltiplos tecidos antigos que reside o essencial do seu património”.[[15]](#footnote-15)

Portugal também não ficou alheio a esta evolução conceptual. Em 1985 é decretada a Lei nº. 13/ 85. Até esta data a defesa e a conservação dos bens patrimoniais do país regulou-se por uma série de legislação dispersa e de conteúdo mais ou menos vago e ambíguo[[16]](#footnote-16), representando esta lei, por conseguinte, um momento de viragem. Logo no primeiro artigo desta pode ler-se que “ O Património Cultural Português é constituído por todos os bens materiais e imateriais que, pelo seu reconhecido valor próprio, devam ser considerados como de interesse relevante para a permanência através do tempo”. Logo neste primeiro artigo verificamos que já está patente uma noção de património que não se cinge, simplesmente, ao monumento histórico construído, mas que, por outro lado, engloba noções tão abrangentes como a de património imaterial. Tratando este relatório de Estágio de património construído móvel é importante debruçarmo-nos acerca do que está patente nesta lei de 1985 acerca deste conceito. Assim sendo, no Artigo 8º. da mesma Lei entende-se por bens culturais móveis: “ os bens de significado cultural que representem a expressão ou o testemunho da criação humana ou da evolução da natureza ou da técnica, neles incluindo os que se encontram no interior de imóveis ou que deles tenham sido retirados ou recuperados, bem como os que estão soterrados ou submersos ou forem encontrados ou forem encontrados em lugares de interesse arqueológico, histórico, etnológico ou noutros locais (…) As obras de pintura, escultura e desenho, os têxteis, as espécies organológicas, os utensílios, ou os objetos de valor artístico, cientifico ou técnico (…) Os manuscritos valiosos, os livros raros, especialmente os incunábulos, documentos e publicações de interesse especial nos domínios cientifico, artístico ou técnico, incluindo as espécies fotográficas, cinematográficas, registos sonoros e outros (…) Todos os bens do passado ou do presente, de natureza religiosa ou profana que forem considerados de valor nos domínios cientifico, artístico ou técnico”. Há, de fato, já uma vasta abrangência no que diz respeito à consideração deste conceito. No entanto, comparando a mesma designação com a que está indicada na Lei seguinte, a Lei de Bases nº. 107/ 2001, verificamos que, nesta última, há, ainda, um muito maior desdobramento do conceito de património móvel que, segundo o que está patente no Artigo 15º. pode ser classificado como de interesse nacional. Na definição do conceito de bens culturais móveis surge-nos todo um elencar de novas tipologias que, agora, foram “descobertas” e que pertencem a este vasto grupo patrimonial, em constante construção. Embora já existisse referência na Lei nº. 13/ 85 a, por exemplo, registos cinematográficos, fotográficos e sonoros agora, nesta Lei de Bases nº. 107/ 2001 temos uma muito maior abrangência, sendo exemplo disso a referência que é feita ao património arquivístico e bibliográfico, audiovisual e fonográfico, fotográfico e etnográfico.

Dado este alargamento do conceito de património, que até aqui temos vindo a analisar, é importante mencionar a inclusão, neste mesmo conceito, do património mais recente, ou seja, do chamado património industrial. Dentro desta tipologia podem-se incluir as minas, as fábricas, o espólio retirado destas, como as máquinas e os utensílios, os pátios e as próprias aldeias e vilas operárias. Este conceito de património industrial foi introduzido nos anos 50, do século XX, na Grã Bretanha e inclui “ (…) aquilo que foi significativo e relevante na história da produção material, em vista a satisfazer ampla e efetivamente certas necessidades sociais”.[[17]](#footnote-17) Na *Recomendação Nº. R (91)13 sobre a Proteção do Património Arquitectónico do século XX* pode ainda ler-se que “ (…) a ausência de interesse pela conservação deste património produzirá perdas irrecuperáveis e privará gerações futuras do conhecimento deste período da memória europeia”[[18]](#footnote-18). Como forma de colmatar esta ausência de conhecimento é proposto, nesta recomendação, que se promova o conhecimento e o estudo deste tipo de património, construindo-se inventários sistemáticos, tendo em conta as práticas de inventário dos diferentes países europeus, de forma a facilitar e a facultar a comunicação e a compreensão mútuas destes instrumentos de informação e análise[[19]](#footnote-19). Por vezes, o que se impõe neste tipo de património é a escolha dos critérios para que este se possa selecionar, dada a diversidade que existe. Nestes casos, o que a recomendação nos indica é que têm que ser as autoridades responsáveis pela proteção do património cultural a definir esses mesmos critérios de seleção baseados em fatores como: “ (…) a necessidade de conceder estatuto de proteção, não apenas às obras dos criadores mais reputados de um período ou estilo arquitetónico, mas também aos testemunhos menos conhecidos, mas representativos da arquitetura e da história de um determinado período”.[[20]](#footnote-20)

Atendendo a esta evolução do conceito de património é importante averiguar também a designação do conceito de “cultura”, segundo a UNESCO. Este conceito surgiu no âmbito da Conferência Mundial sobre Políticas Culturais, que teve lugar no México, em Agosto de 1986. Assim sendo, “cultura”, “(…) pode considerar-se como o conjunto de elementos distintivos, espirituais e materiais, intelectuais e afetivos que caraterizam uma sociedade ou um grupo social. Ela engloba, além das artes e das letras, os modos de vida, os direitos fundamentais do ser humano, os sistemas de valores, as tradições e as crenças”.

É, desta forma, que, conjugando estes dois conceitos, acabamos por encontrar a justificação e a resposta à questão acima evidenciada. Há que preservar aquilo que é património porque, neste caso, é a proteção desta atividade artesanal que marca a história da produção material da vila de Viana do Alentejo, e que faz parte da cultura daquela comunidade. Se, como afirma Susana Oliveira Jorge, “(…) conservar serve para preservar e transmitir o que resta da memória colectiva (dum povo, duma região, duma nação ou mesmo do mundo) (…) e também, (…) conservar serve para preservar identidade ou identidades passadas e/ou presentes, situadas a diferentes escalas”[[21]](#footnote-21), então, só preservando e divulgando esta industria de cerâmica Vianense é que se poderá dizer que o trabalho chave está feito, trabalho esse que passa, para além da valorização, pela promoção e pela reflexão deste tema. Para além de tudo isto, ou melhor, para conseguirmos atingir estes mesmos objetivos temos que preservar e conservar o que de autêntico e original esta atividade tem, não deixando perecer, portanto, este saber-fazer, sendo que só na preservação das oficinas locais isso pode acontecer.

Neste sentido, e dada a escassa bibliografia existente no que toca à olaria popular, foi necessário socorrer-me, para a recolha de informação, de muitos testemunhos orais, principalmente dos oleiros que ainda exercem a sua atividade na vila de Viana do Alentejo[[22]](#footnote-22), para além de ser necessário tal facto pareceu-me de extrema importância, uma vez que são eles, que, mais recentemente, ou não, trabalham nesta “indústria” e conhecem, para além da matéria-prima, todas as técnicas utilizadas, que passam, muitas vezes, de boca em boca, de geração em geração.

Ainda relativamente à bibliografia importa referir alguns estudos que têm sido feitos no âmbito da olaria popular. Há, de fato, que mencionar duas obras incontornáveis, uma delas é a de José Queirós, intitulada *Cerâmica Portuguesa* e a outra pertence a Solange Parvaux, sendo uma obra de caráter mais específico e que trata, como refere o próprio título da *Céramique Populaire du Haut Alentejo*. Para além destas duas obras há, de facto, que mencionar o importante contributo que o Museu da Olaria, em Barcelos tem, não só na divulgação deste tipo de artesanato mas, também, na publicação de determinados artigos, cadernos e boletins que dão a conhecer, para além das suas coleções, um pouco mais acerca desta temática. Como forma de contribuir, ainda mais, para este conhecimento não pode deixar de se mencionar a existência de um Centro de Documentação da Olaria, pertencente a este mesmo museu, que conta hoje com cerca de “(…) 6 000 títulos, entre monografias e periódicos, nacionais e estrangeiros, 10 000 imagens de objetos, aspetos da produção e comercialização da olaria, registos audiovisuais, cartografia, postais, cartazes, desdobráveis, recortes de imprensa, relatórios técnicos, literatura cinzenta (teses de mestrado e doutoramento) diversos tipos de documentos e manuscritos”.[[23]](#footnote-23)

Para além da necessidade de salvaguarda das peças, propõe-se que estas, belos exemplares da produção artesanal desta comunidade, comecem a fazer parte da vida da mesma, através da sua mostra periódica. Para tal tornava-se ainda mais urgente o seu estudo, a sua inventariação e a sua salvaguarda.

É neste sentido que surgiu a hipótese da criação de uma base de dados onde as peças acima indicadas, para além de descritas e estudadas, individualmente, ficarão ao dispor de quem as queira consultar. Importa, também, aqui fazer uma reflexão acerca da importância que advém de, a partir da junção destas peças, se iniciar a formação de uma coleção. É inequívoco que, cada peça, por si só e não tendo um elevado valor comercial, acabe por não afigurar o mesmo interesse que terá se esta se enquadrar, como é o caso, num espólio representativo da cultura artesanal de um determinado local e de uma determinada comunidade. Assim, a formação desta coleção, para além de garantir o estudo e, possivelmente, a salvaguarda destas peças, garante, além do mais, o seu valor, por ser representativa, neste caso, da história cultural de Viana do Alentejo.

Esta ficha de inventário, criada por mim, com base noutros inventários já existentes[[24]](#footnote-24), será sempre passível de ser completada, se assim se entender ao longo do tempo. Queria, no entanto, fazer uma chamada de atenção no que respeita à criação da base de dados. É importante sublinhar que esta não é, nem pretende ser simplesmente um repositório de uma inventariação feita daquilo que sobrou, do que foi doado ou do que foi adquirido, pretende, antes de mais, ser uma porta que permita a entrada a outros interessados no que diz respeito a este estudo.

É, portanto, a descrição, explicação e reflexão crítica decorrente do desenvolvimento do projeto de estágio que vai constituir o conteúdo do presente relatório, o qual se organiza da presente forma:

* O primeiro capítulo, que está dividido em quatro subcapítulos, trata da caraterização e contextualização histórica da vila de Viana do Alentejo e da atividade oleira nesta vila, aqui objeto de estudo;
* O segundo capítulo refere-se, primeiro, à análise da ficha de inventário utilizada para a inventariação das peças e, num segundo subcapítulo à análise das peças aqui inventariadas e que se encontravam depositadas no sótão do edifício da Câmara Municipal da vila de Viana do Alentejo;
* O terceiro, e último capítulo, prende-se, num primeiro subcapítulo, à análise das estratégias levadas a cabo pela Câmara Municipal de Viana do Alentejo, com o objetivo de desenvolver a indústria oleira local e, num segundo subcapítulo, com a apresentação de estratégias, pensadas por mim, no decorrer do estágio, que visem a preservação, a divulgação, mas, sobretudo, a valorização deste tipo de atividade, na comunidade em que esta está inserida.

A acompanhar o presente relatório seguem, ainda, em anexo, um conjunto de documentos relevantes que completam o que ao longo do trabalho vai sendo exposto.

1º. Capítulo – A Olaria no concelho de Viana do Alentejo

1. Caraterização Histórica

“Na província do Alentejo, distrito administrativo de Évora, a cinco léguas a sudoeste desta cidade, está a vila de Viana sentada no dorso da serra do seu nome, que a abriga do lado do sul e a expõe ao norte.”[[25]](#footnote-25) Assim começa por ser descrita a vila de Viana do Alentejo no Álbum Alentejano, continuando a ser referida como sendo uma “(…) terra alegre e saudável (…)”[[26]](#footnote-26) com “(…) subúrbios muito aprazíveis pelas hortas, pomares, vinhas, arvoredos silvestres, e fontes de boa água que nela se encontram.”[[27]](#footnote-27)

Situada no coração do Alto Alentejo este concelho ocupa um total de 393.6 km2 e possui três freguesias: Aguiar, Alcáçovas e Viana do Alentejo. [[28]](#footnote-28) Encontra-se limitado, a norte, pelo concelho de Montemor-o-Novo, a este por Évora, a sudoeste por Portel, a sul por Alvito, já pertencente ao distrito de Beja e a oeste por Alcácer do Sal.[[29]](#footnote-29)

Segundo alguns escritores, foram os celtas que fundaram esta vila, alguns séculos antes do nascimento de Cristo, dando-lhe, inclusive, o nome de “Viena” por forma a recordarem a sua pátria.[[30]](#footnote-30)

Foi, posteriormente, já no reinado de D. Dinis, mais precisamente no ano de 1321, que a vila de Viana do Alentejo foi obsequiada com a atribuição de um foral, o mesmo foral que foi atribuído a Santarém, “(…) com muitos privilégios, um dos quais determinava, que não poderiam residir nela fidalgos sem licença da Câmara.”[[31]](#footnote-31)

Nesta época era Senhor de Viana o Conde D. Martim Gil. Quando este morreu D. Dinis doou este Senhorio ao seu filho e herdeiro, o infante D. Afonso, com a condição de não o doar senão à infanta, sua mulher, ou a algum dos seus filhos. Por tudo isto podemos concluir que esta vila seria tida, por este soberano, em muita consideração. As razões que são apontadas prendem-se com a importância que o Castelo deveria ter, Castelo este também pertencente ao reinado de D. Dinis ou, ainda, pelo valor das rendas que ali seriam pagas.[[32]](#footnote-32) Novo foral seria concedido no ano de 1517, mais precisamente no dia 25 de Dezembro, pelo rei D. Manoel, em Lisboa. Este foral dá-lhe o nome de Viana d´Alvito, havendo, no entanto, outros documentos em que, como refere Pinho Leal, se encontra a designação de Viana a par d´Alvito.[[33]](#footnote-33)

Outro acontecimento que importa aqui evidenciar, referente à caraterização histórica desta vila, aconteceu decorria o ano de 1481. Devido a uma vaga de peste que deflagrou na cidade de Évora, D. João II, monarca português, decidiu partir e, por isto, reuniu as Cortes na vila de Viana do Alentejo, fazendo do seu Castelo habitação temporária. [[34]](#footnote-34)

É Viana do Alentejo, novamente, palco de um acontecimento histórico quando, no dia 10 de Janeiro de 1491, acolhe novamente a família real, desta feita para as celebrações do casamento do Príncipe D. Afonso com a Infanta D. Isabel de Castela., filha e herdeira dos reis de Espanha. Este casamento havia ficado decidido aquando das Cortes de 1490 e seria o previsto que este se realizasse na cidade de Évora. No entanto, devido, novamente, a uma epidemia que grassava nesta cidade tanto a família real, como a Corte, viram-se obrigados a abandoná-la, decidindo o Rei que as festas continuassem em Viana do Alentejo. É assim que no inicio do ano de 1491 “ (…) no meio do mais estrondoso regozijo público e das mais esplendorosas festas (…)”[[35]](#footnote-35) que dá entrada todo o cortejo cerimonial por esta vila alentejana, acabando por lá ficar, segundo Pinho Leal, até ao final do mês de Janeiro.

A paisagem desta vila é uma paisagem tipicamente alentejana, “(…) dominada pelas culturas extensivas (…)”[[36]](#footnote-36) o “(…) terreno é fértil, e produz muitos cereais, vinho, azeite e frutos (…)”[[37]](#footnote-37). Existem “ (…) pequenos núcleos de hortas e pomares na periferia do núcleo urbano, que representa o testemunho de uma cultura e de uma tradição cultural que remonta pelo menos ao período romano, constituindo todo esse conjunto de explorações, em termos de produções que originam um valor económico considerado.”[[38]](#footnote-38)

Várias são as festas e romarias neste concelho e nas suas freguesias. Há a destacar, na própria vila de Viana do Alentejo, a conhecida Feira d´Aires, realizada, anualmente, no quarto fim-de-semana do mês de Setembro e que é uma feira centenária, onde o sagrado e o profano convivem lado a lado. No entanto, como já referi, não é só na sede de concelho que são organizadas as feiras e as festas, tome-se o exemplo da freguesia de Alcáçovas, que organiza, também anualmente, a “Feira do Chocalho”, no quarto domingo de Julho. Esta feira, também centenária, relembra a larga tradição que esta freguesia tem na comercialização destes objetos.

Tal como acontece com o Chocalho, que tem grande relevância na freguesia das Alcáçovas, é a indústria oleira que é uma referência como atividade económica tradicional na sede de concelho, Viana do Alentejo. Não obstante, ainda nos anos 80 do século passado, havia a preocupação de se revitalizarem as tradições locais, nomeadamente, no domínio da música, da olaria e do artesanato em geral. Segundo Francisco Fadista, estas tradições teriam que ser recuperadas e estimuladas para que não acontecesse aquilo que parecia inevitável, a sua extinção. Segundo este mesmo autor a solução passaria pelo estímulo da população em geral, e dos jovens em particular.[[39]](#footnote-39)

1. Da obtenção da Matéria-Prima à Produção da Peça

* A Origem da Matéria-Prima

Como já referi na introdução a escassa bibliografia existente fez com que fosse necessário socorrer-me, para a recolha de informação, de muitos testemunhos orais, principalmente dos oleiros que ainda exercem a sua atividade na vila de Viana do Alentejo[[40]](#footnote-40). De todas as informações recolhidas uma das mais importantes, e que importa registar, prende-se com a proveniência da matéria-prima.

A primeira referência que se encontra, relativamente à extração do barro deste local, data de 1255, mais precisamente do reinado de D. Afonso III.[[41]](#footnote-41) Neste foro, segundo consta na fonte consultada, era dado pelo rei o direito de retirarem e usufruírem desse mesmo barro, mediante um pagamento. Este pagamento era feito através de peças que acabariam por ser confecionadas, pela matéria-prima que havia sido extraída.

Até meados dos anos 70 do século passado, a matéria-prima continuava a provir da Herdade dos Baiões, como acontecia desde 1255[[42]](#footnote-42), não tendo nenhuma informação de ter existido algum interregno neste abastecimento. No entanto, a partir dessa data, como já referi, esta situação começa a alterar-se. Segundo consegui apurar, através do oleiro Feliciano Agostinho, os proprietários da herdade começaram a não querer ser pagos com as peças que eram feitas do barro que de lá provinha, tal como havia ficado estabelecido no foro de D. Afonso III, já referido anteriormente, e tentaram, junto dos oleiros, mudar esta situação. Devido ao fato de alguns deles se mostrarem contra a qualquer alteração, naquilo que já estava estabelecido, não foi possível chegar a nenhum entendimento, ficando o trato como estava inicialmente, com exceção da forma de pagamento, que passou a não ser feito, uma vez que os proprietários não aceitavam já as peças de cerâmica.

Importa referir, também, que embora a matéria-prima, com a qual os oleiros locais trabalhavam, continuasse a provir da mesma Herdade, o fato é que para a Escola de Viana do Alentejo, o local de abastecimento era diferente. Este local fica perto de uma barragem, a barragem de Odivelas, situado no Baixo Alentejo, no concelho de Ferreira do Alentejo, perto da localidade de Odivelas, que lhe dá o nome. Este barro tem caraterísticas diferentes do barro extraído dos Baiões. Segundo o mesmo oleiro, Feliciano Agostinho, com este novo tipo de matéria-prima havia uma maior facilidade na que toca à preparação das peças para serem, posteriormente, pintadas, uma vez que já não era necessário a aplicação da chamada “tinta amarela”[[43]](#footnote-43), começando-se a aplicar, diretamente, o “caulino”[[44]](#footnote-44).

É, somente, a partir de finais dos anos 80, do século passado que, segundo o mesmo oleiro, se começou a importar o barro espanhol, o que acaba por facilitar todo o processo de produção e, consequentemente, aumentar a capacidade de produção. No entanto, importa referir a informação que me foi dada, pela mesma fonte, de que, em alguns momentos, cerca de uma vez por ano, ainda são feitas algumas incursões à Herdade dos Baiões, para a extração de barro, com o objetivo de não se perder o que de mais tradicional e autêntico esta industria ainda sustenta.

* A Preparação do Barro

Tanto a recolha da matéria-prima, como o processo de tratamento desta e a posterior execução das peças é, também, em alguns casos, feita de forma rústica. Como já foi dito anteriormente o barro ou é retirado da Herdade dos Baiões ou, como começou a acontecer posteriormente, é retirado da Barragem de Odivelas, onde abunda, sendo, no entanto, difícil de escavar, principalmente na altura do Inverno pela lama que se cria e, principalmente, pela difícil localização da matéria-prima, ou, é importado de Espanha, onde todo o processo de execução é facilitado pela forma como o barro vem tratado. Nos dois primeiros casos de proveniência da matéria-prima o processo de preparação, até se obter o barro, possível de ser trabalhado, é bastante moroso. Desde o escavar, até se chegar à profundidade em que o barro vai sendo mais limpo e mais fino, existem várias camadas que têm que ser retiradas sendo este trabalho executado manualmente, com a enxada, a pá e a picareta. Posteriormente a matéria-prima é colocada ao sol para secar mais rapidamente e também para depois se partir em pedaços de forma mais fácil. Depois de partida em pedaços muito pequenos põe-se dentro de um tanque cheio de água, tapado, durante 24h para “derregar”. A forma de se saber se este processo tinha corrido como esperado era colocando uma vara de ferro e, se esta entrasse até ao final era porque o processo tinha decorrido com sucesso, senão tinha que se iniciar todo o processo novamente.

Quando é necessário utilizar-se o barro começa-se por retirar as impurezas deste para depois se começar a amassar. Este processo pode ser feito de várias formas: à mão, ao pé ou mecanicamente. Na primeira hipótese tem que se utilizar pequenas quantidades e o processo torna-se bastante moroso. No segundo caso o bloco de matéria-prima é colocado no chão, assentando em cima de cinza, por forma a não pegar ao chão, e o oleiro (ou a pessoas que ficar responsável por amassar) anda em cima dela e com a ajuda dos calcanhares, que vão rodando no sentido dos ponteiros do relógio. Quando estiver com uma espessura mais fina corta-se em formato triangular para se acomodar e ser, posteriormente, utilizado. No que diz respeito à “amassagem” mecânica sabe-se que desde os anos 80, do século passado, existia uma máquina ao dispor de todos os oleiros. Este equipamento foi adquirido por um oleiro da Vila, o Sr. António Baltasar Agostinho que, desde cedo, percebeu a sua utilidade. No entanto, e durante algum tempo, para os restantes oleiros este novo “utensilio” de trabalho não parecia trazer nada de proveitoso. Foi necessário, para além de tempo, vivenciarem o aumento da produção e da qualidade das peças do oleiro António Baltasar Agostinho, proprietário do equipamento, para, de fato, se aperceberem que este seria uma mais-valia. Desta forma, este utensilio mecânico começou a ser alugado aos restantes oleiros da Vila mediante o pagamento de um determinado valor. Neste processo mecânico vai-se introduzindo o barro na máquina e, de forma relativamente rápida esta vai amassando no seu interior. Vai expelindo o barro por uma abertura que tem na face lateral, saindo este em forma de cilindro. É ao oleiro que cabe ir retirando o barro da máquina e acondicionando-o, posteriormente, em sacos de plástico.

É assim que, tradicionalmente, a matéria-prima é extraída e, depois, tratada até se conseguir alcançar a textura necessária para ser trabalhada.

* O Fabrico das Peças

Depois de todo o processo de recolha e tratamento do barro este é trabalhado, moldando-se a peça que se deseja.

Relativamente à cozedura das peças também temos que ter em conta a grande alteração que foi feita no que respeita aos fornos onde estas são cozidas. No caso dos fornos a lenha, estes não atingiam uma temperatura muito mais elevada do que 800º, tendo ainda, para que as peças não “chocassem”[[45]](#footnote-45), que se ter o cuidado de as pré-aquecer, ao Sol, o que dificultava bastante o processo de fabrico, cingindo-o, muito provavelmente, aos meses de maior calor, o que, de certa forma, poderá ser uma das razões pela qual os oleiros trabalhavam somente seis meses durante o ano, como é referido nos Inquéritos Industriais de 1890.[[46]](#footnote-46)

Com a utilização cada vez mais constante do barro espanhol surgiu também a necessidade de um forno que atingisse temperaturas mais elevadas e, assim, se começou a incutir a utilização do forno a gás, que atinge temperaturas de cerca de 900º. Estas temperaturas são necessárias, numa primeira cozedura, para que o barro absorva a água do vidrado[[47]](#footnote-47) não amoleça, parta ou se deforme. Em Viana do Alentejo é tradicional dar-se a primeira cozedura à peça pintada para fixar a tinta, com exceção de uma oficina local, que entretanto já não labora, a Oficina do Sol.[[48]](#footnote-48)

1. As Oficinas de Olaria

A primeira referência que se encontra ligada com a atividade da olaria e o já referido foro dado por D. Afonso III em 1255.

Após esta indicação temos um interregno no que toca a informação fidedigna acerca desta atividade económica na vila de Viana do Alentejo. Por forma a colmatar esta mesma falta de informação foi necessário socorrer-me de outras fontes de informação, como é o caso dos Recenseamentos Eleitoras, não só da vila de Viana do Alentejo, propriamente dita, mas também das suas duas freguesias, Alcáçovas e Aguiar. Para além dos Recenseamentos Eleitorais, para o ano de 1890, existem, ainda, os Inquéritos Industriais, o que permite fazer um cruzamento de dados bastante interessante entre estas duas fontes.

Enquanto na primeira fonte, através da relação entre o número total de inscritos e aqueles que são oleiros de profissão conseguimos verificar o volume que esta atividade afigurava no concelho de Viana do Alentejo, na segunda fonte, consta, de forma muito pormenorizada, elementos chave, como o volume de capital e de operários a trabalharem nestas oficinas, o que permite levantar algumas questões e retirar algumas conclusões.

Tendo em conta somente os Inquéritos Industriais temos a informação de que no ano de 1890 existiam, nesta vila alentejana, um total de dezassete “officinas” a laborarem. Estas oficinas apresentavam, entre si, muitas semelhanças, não havendo, no entanto, nenhuma que se destaque substancialmente em algum dos dados analisados. Existem dados, como o “capital fixo”[[49]](#footnote-49) e o “capital circulante”[[50]](#footnote-50), que oscila, em alguns casos, entre os 9.000 réis e os 18.000 réis, respetivamente, outros entre os 10.000 e os 20.000 réis, entre os 11.000 réis e os 23.000 réis, entre os 12.000 réis e os 24.000 réis e outros, ainda, entre os 14.000 réis e os 26.000 réis. A conclusão que podemos tirar, sem sequer relacionar estes elementos com nenhuns outros, é que o capital circulante é, na maioria dos casos, o dobro do valor do capital fixo.

Relacionando estes dados com o número de operários que trabalhavam em cada olaria chegamos à conclusão que as oficinas que apresentavam tanto o capital fixo, como o capital circulante mais baixos eram aquelas onde só existia um funcionário. Tome-se o exemplo das olarias de Manuel Aleixo, Joaquim Aleixo Serpa e Vicente José Lagarto, onde temos um capital fixo de 9.000 réis e um capital circulante de 18.000 réis, contanto a olaria unicamente com um operário. Relacionando os dados dos Inquéritos Industriais[[51]](#footnote-51) com os dados recolhidos nos Recenseamentos Eleitorais conseguimos ter uma noção relativamente à data de início de atividade destes três oleiros, tendo, no entanto, que ter sempre a perceção que os dados incluídos nesta fonte estavam sujeitos a condicionalismo legais que poderiam ser determinantes para a inclusão ou não de indivíduos identificados com a atividade de ocupação de oleiros nas listas de eleitores e que, portanto, pode não corresponder ao efetivo número de oleiros existentes na vila nessa altura. De qualquer modo, o levantamento feito dá-nos bem a noção da importância desta fonte para perceber o significado e a permanência da atividade da olaria na vila. Pese, embora todas as cautelas que a comparação das duas fontes nos deve suscitar, nomeadamente por causa dos critérios e dos objetivos subjacente à própria recolha da informação ainda assim é uma fonte importante.

Existem outros casos, como acontece com o oleiro, já mencionado, Manuel Aleixo Duarte, que embora já conste nos Inquéritos Industriais realizados em 1890, como tendo um estabelecimento industrial, só surge nos livros de Recenseamento Eleitoral a partir do ano de 1900, já com a idade de trinta e nove anos. Isto significa que a utilização das duas fontes nos dá uma visão mais alargada no número de oleiros que efetivamente existiam em Viana do Alentejo entre 1890 e o início do século XX.

Tomando esta mesma comparação, mas, desta vez, tendo em conta os valores de capital mais elevados constatamos que a oficina com maior expressão na vila de Viana do Alentejo pertenceria a Feliciano José Saldanha, que detinha um dos capitais mais elevados e era aquele cuja oficina apresentavam o maior número de operários, perfazendo um total de três. Se verificarmos a permanência deste oleiro nos Cadernos Eleitorais verificamos também que é um dos quais permanece durante mais tempo e de forma mais regular, havendo unicamente um ano, o de 1885, onde não aparece mencionado.

A outra oficina que apresentava valor igual, relativamente ao capital fixo e circulante, era a do oleiro Joaquim António Serpa. Há neste caso, no entanto, um aspeto que é da maior importância referir, que se prende com a informação relativa ao número de operários que labora em cada oficina. Se compararmos os dados referentes ao capital e ao número de funcionários verificamos que existe uma relação: quanto maior é o volume de capital mais funcionários existem nas oficinas a laborar. No entanto, neste caso, esta relação não existe. Considerando o volume de capital, que é dos mais elevados, segundo a informação que consta nos Inquéritos Industriais, o número de operários é de, somente, um, enquanto nos outros casos, em que o capital fixo e circulante é intermédio, ou seja varia entre os 10.000 réis de capital fixo e os 24.000 réis de capital circulante, este mesmo número é de, pelo menos, dois operários. Esta informação, ao não conter nenhum erro ou omissão, não corresponde ao padrão apresentado, nesta data, na vila de Viana do Alentejo.

Remetendo, ainda, a análise para os Inquéritos Industriais existe um conjunto de dados que não podemos deixar de explorar. Esses dados prendem-se com a quantidade dos meses de trabalho que os oleiros, em 1890, laboravam anualmente. Segundo o que consta nesta fonte esta atividade só se desenvolvia durante um período de seis meses. Não existe nenhuma resposta na literatura consultada que justifique tal situação, havendo, portanto, a necessidade de especularmos os porquês de tal facto. Uma das razões encontradas prende-se com a própria execução das peças, ou seja, após as peças estarem moldadas era necessário, antes de entrarem para o forno, a lenha, serem pré-aquecidas, como é referido anteriormente[[52]](#footnote-52). A única forma disto acontecer era colocando-as ao Sol. Não havendo a temperatura necessária durante grande parte do ano não era, portanto, possível executar todo o processo de execução como tinha que ser, logo não havia trabalho durante esses meses. Outro motivo plausível de ser apresentado prende-se com o trabalho agrícola, que poderia persistir mais veemente durante alguns períodos do ano, em detrimento de outros.

Ainda que o meu objectivo aqui seja debruçar-me sobre esta atividade, nomeadamente acerca do momento em que esta começou a ser entendida como uma, apesar que de pequenas dimensões, atividade industrial, não posso deixar esta análise sem perceber o que ela representou no decorrer do século XX e, principalmente, perceber aquilo que ela representa hoje no funcionamento da vila de Viana do Alentejo.

Surge a informação de que no ano de 1981 existiam nesta vila cerca de catorze oleiros. Destes catorze oleiros existem, atualmente, um total de três: o oleiro António Lagarto e o oleiro Feliciano Agostinho, que já constam neste levantamento de 1981, e o oleiro Feliciano Agostinho (filho do anterior), que começou a laborar anos mais tarde.

Se relacionarmos estes oleiros com o espólio que aqui é objeto de análise verificamos que estes são, na sua grande maioria, os oleiros que produziram as peças deste espólio, contanto, somente, com aqueles que, de alguma forma, estão identificadas. É o caso, por exemplo, do oleiro Manuel Pacheco, conhecido pela concepção de peças decorativas, em tons de verde esmeralda, dos oleiros mais antigos que ainda hoje laboram e que já aqui foram mencionados, António Lagarto e Feliciano Agostinho e da oleira, única mulher, pelo menos que seja conhecida, a ter esta profissão na vila de Viana do Alentejo, e cujas peças são características, quer pelo seu modelo, quer pela decoração que lhe é aplicada.[[53]](#footnote-53)

Atualmente, tanto o oleiro António Lagarto como o oleiro Feliciano Agostinho (filho) têm uma loja onde estão as peças, que vão produzindo, expostas para quem pretender adquirir. O outro oleiro, Feliciano Agostinho, produz e expõe o seu trabalho na sua residência, acabando por não chegar à população local com a mesma expressão que os anteriores, dedicando-se, sobretudo, à importação dos seus produtos para outras zonas do país, como é o caso da região do Algarve.

Como é visível, pelo que foi apresentado, a tendência, neste momento, é para que esta atividade perca, cada vez mais, expressão na vila de Viana do Alentejo. Neste sentido, é necessário acautelarem-se uma série de medidas para que, já num futuro muito próximo, esta atividade artesanal não seja vista, simplesmente, como uma laboração do passado.

1. A Escola de Cerâmica

Considerando a inigualável riqueza que a olaria produzia começou-se a considerar, no ano de 1893, e a congregarem-se esforços para a fundação de uma Escola de Cerâmica. Tal ideia emergiu da Cooperativa Vianense: “União Vinícola e Oleícola do Sul”, sendo o seu principal mentor António Isidoro de Sousa, o grande impulsionador do desenvolvimento da vila de Viana do Alentejo, no século XIX, e pioneiro em atividades de associativismo e cooperativismo em Portugal[[54]](#footnote-54).

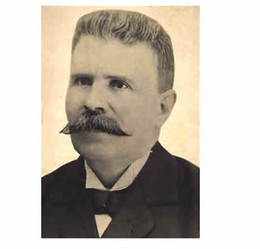


Fig. 1- António Isidoro de Sousa

É importante aqui abrir um parêntesis e lembrarmos a importância da implementação e do desenvolvimento que estas Escolas Industriais e de Desenho Industrial tinham, desde meados do século XIX. É certo que a sua implementação careceu de muitos avanços e recuos, como escreveu Rebelo da Silva, em 1874, “Temos liceus e aulas onde estudar as letras gregas e romanas, a oratória e a poética de uma civilização morta, de um império extinto; não há compêndios e mestres que nos eduquem para as obrigações da civilização viva, para o favor das artes e indústrias que enriquecem o país e aperfeiçoam o estado social? Que importam Cícero e Quintiliano ao operário que estampa chitas ou fabrica panos? Que têm com Varrão e Columela os lavradores do século XIX?”[[55]](#footnote-55) Era, assim, necessário que a instrução profissional fosse de encontro às necessidades económicas do país, como de resto acontecia por toda a Europa. Como afirma António Manuel Matoso Martinho “ A regionalização do ensino industrial assumia-se, assim, como uma das apostas fundamentais quando chegamos á década de 80”[[56]](#footnote-56), do século XIX.

No ano de 1884, o então Ministro das Obras Públicas do Reino, António Augusto de Aguiar promulga um novo documento criando uma escola industrial na Covilhã. Esta escola estava vocacionada para a tinturaria, indústria que predominava naquela região. No Decreto promulgado pode ainda ler-se que à semelhança do que aconteceu na Covilhã, onde se iria “ (…) ministrar o ensino apropriado às indústrias predominantes naquela localidade, devendo este ensino ter uma forma eminentemente prática (…)”[[57]](#footnote-57), prometeu também que se criarão “ (…) nas demais terras no reino onde estejam estabelecidos ou vierem de futuro a estabelecer-se importantes centros de produção.”[[58]](#footnote-58) Desta forma, encontramos já alguns dos argumentos para a implementação da Escola de Cerâmica na vila de Viana do Alentejo, ao mesmo tempo que comprovamos a importância que esta indústria artesanal tinha na sua zona de implementação. Importa, de fato, salientar que existia mesmo uma preocupação em adequar a rede de escolas industriais às necessidades das localidades onde iam sendo criadas, “ (…) instituindo a escola junto da fábrica ou criando cursos visando a conservação do património artesanal ou, ainda, garantindo uma melhoria de qualidade, criando cursos vocacionados às fábricas.”[[59]](#footnote-59) Tomando a mesma linha de reflexão para a implementação destes centros de ensino, a concretização deste projeto viria, ainda, melhorar a formação técnica e artística dos futuros oleiros que, assim, acabariam por conquistar e, consequentemente, expandirem-se para novos mercados.

Em 28 de Outubro do mesmo ano acabou por ser conseguida a autorização para a implementação da Escola e um ano depois, em 1894, esta tornou-se uma realidade, estava edificada e pronta a iniciar o seu ciclo de estudos. Para tal contou-se, para além do apoio dos organismos comunitários e da população em geral, com o apoio do então Ministro das Obras Públicas, Bernardino Machado, que na altura fomentava o ensino industrial. Ficaria, então, a cargo da Cooperativa a administração financeira e disciplinar da Escola enquanto a Inspeção Técnica caberia ao então Ministério das Obras Públicas[[60]](#footnote-60).

O plano de estudos da Escola de Cerâmica dedicava-se, sobretudo, “ (…) ao ensino prático dos processos relativos aos ofícios do oleiro, forneiro de loiça e pintor de cerâmica, atividades com muita implementação na vila.”[[61]](#footnote-61) Devido a este plano de estudos, inevitavelmente, começaram a surgir algumas alterações a vários níveis no que toca à confeção e decoração das peças de cerâmica. Convém aqui relembrar que a olaria vianense era conhecida pelo seu caráter utilitário, muitas vezes com um aspeto aparentemente grosseiro, devido á inexistência de motivos decorativos. Aliás, as peças que mais expressão tinham nesta indústria eram, principalmente, os alguidares vidrados, as bilhas, os barris e os cântaros, para armazenamento de água. A partir desta altura, como já foi dito, houve, de fato, uma alteração no aspeto das peças, principalmente no que respeita à decoração das mesmas. Passou a existir a preocupação de se introduzirem e de se irem aperfeiçoando as representações que começaram a fazer parte desta industria oleira. Em suma, podemos concluir que foi a partir do inicio da laboração da Escola que se registaram as maiores alterações, não só nas peças, na sua tipologia e decoração, mas também no espírito comercial e concorrencial por parte dos oleiros, que passaram, eles próprios, a comercializar diretamente em mercados e feiras, substituindo, assim, os “regatões”

Esta “Escola Oficina de Cerâmica e Desenho Industrial” acaba por, em 1948, ser transformada em Oficina de Olaria, na dependência da Escola Industrial e Comercial de Évora, através do Decreto-Lei nº 37029, de 25 de Agosto. Este “ (…) é um diploma que aposta no desenvolvimento extraordinário das construções escolares por todo o país, onde se destaca a elevação da escolaridade básica (…) como no aumento da escolaridade obrigatória com a introdução do ciclo preparatório”[[62]](#footnote-62), para além disto, este diploma vai ainda mais além do que a anterior reforma de 1931. Enquanto que, nesta última, os cursos industriais habilitavam operários e aprendizes, de artes aplicadas, na reforma de 1948 pretendiam-se formar pessoas e, deliberadamente, os cursos passaram a denominar-se cursos de formação e, no caso particular das escolas de artes a formarem estudantes de artes decorativas. O Ensino Profissional Industrial e Comercial abrange dois graus de ensino: o primeiro grau é constituído pelo ciclo preparatório e o segundo grau, que compreende três cursos, lecionados em regime exclusivamente noturno: os Cursos Complementares de Aprendizagem, os Cursos de Mestrança e o Ensino de Aperfeiçoamento e um curso exclusivamente diurno, o Curso Industrial e Complementar de formação. Os Cursos Complementares de Aprendizagem são cursos onde se exige, como mínimo a quarta classe de instrução primária e treze anos como idade mínima de ingressão. Fazia parte destes cursos o curso de Oleiro, que, ao contrário do que acontecia na maioria destes cursos complementares cuja duração era de quatro anos, este tinha uma duração de três. Esta duração acabava por se repercutir, também, nas disciplinas lecionadas, uma vez que, ao contrário dos outros, o curso de olaria só contava nos dois primeiros anos com a aprendizagem de Português e de História de Portugal, que eram as disciplinas comuns a todos os cursos, não tendo ao dispor a disciplina de matemática, como existia nos restantes Cursos Complementares de Aprendizagem[[63]](#footnote-63).

Desta forma podemos concluir que com este diploma de 1948, “ (…) para além da implementação e consolidação do ensino técnico, acompanhando de muito perto o desenvolvimento industrial do país e a abertura, ainda que tímida, à Europa e ao Mundo, foi a de facilitar o acesso à instrução e ao ensino a uma larga camada de jovens, permitindo deste modo que os filhos das classes menos favorecidas alcançassem posições sociais, económicas e politicas mais destacadas na “nova” sociedade portuguesa”[[64]](#footnote-64)

No ano letivo de 1964/1965 a Oficina de Olaria dá lugar ao Ciclo Preparatório, continuando, contudo, na dependência da Escola Industrial de Évora, sendo somente no ano letivo de 1968/1969 que se transformou na Escola Preparatória António José de Sousa e ficou independente da Escola Industrial e comercial de Évora[[65]](#footnote-65).

Foi este o percurso de vida desta Escola. Hoje, aquele edifício do Largo 25 de Abril, que albergou tantos estudantes que tinham o objetivo de aprender as várias artes da olaria, alberga idosos, uma vez que, já na dependência da Santa Casa da Misericórdia de Viana do Alentejo após o edifício ficar desocupado, foi remodelado e lá se instalou um lar de idosos. Do edifício da Escola Oficina de Cerâmica e Desenho Industrial pouco restou. Destruíram-se importantes elementos, como foi o caso do Forno, e acrescentaram-se outros, novos. O que ficou foi, sem dúvida, a lembrança de todos aqueles que por lá passaram e aprenderam este ofício.

2º. Capítulo – Inventariação e Identificação das Peças da Coleção

Ao longo deste capítulo o que se pretende é uma avaliação do espólio de cerâmica pertencente à Câmara Municipal de Viana do Alentejo. Este espólio está depositado no sótão do edifício da Câmara, em condições adversas à sua manutenção e com a possibilidade de, em qualquer momento, ser danificado. É importante referir, no entanto, que estas peças não são a totalidade do espólio que a Instituição detém, são, isso sim, as peças que se encontravam em situação de maior risco.

Neste espólio constam peças muito dispares entre si, desde peças de caráter decorativo, como os pratos pintados, os quadros e as peças decorativas, a peças cuja função é marcadamente utilitária. Há que referir, também, uma questão que não deixa de ser particular, que se prende com esta segmentação entre peças de caráter decorativo e utilitário. Fazem parte deste espólio peças que, originalmente, eram conhecidas, e foram mesmo concebidas, tendo em conta uma função que lhe era subjacente, ou seja, eram, sobretudo, criadas com o objetivo maior de serem úteis numa determinada função. No entanto, com o passar dos anos e com a evolução, em vários aspetos, da própria sociedade, estas peças foram perdendo a sua funcionalidade tornando-se, então, peças marcadamente decorativas. Como exemplo disto temos o conhecido “alguidar” de cerâmica, peça típica da olaria Vianense, cuja função era, principalmente, auxiliar aquando da realização da tradicional matança do porco, mas que, com as mudanças que se registaram, até na própria sociedade, e com a valorização de novos materiais acabou mesmo por cair numa remota lembrança e hoje é uma peça marcadamente decorativa.

Este catálogo é composto por cento e oitenta e nove fichas de inventário, onde cada ficha é correspondente a cada uma das peças analisadas. Aqui as peças são analisadas e descritas de forma pormenorizada, desde a sua proveniência ao seu atual estado de conservação. Foi, de resto, perentório, atendendo ao tipo de espólio tão dispare com que nos deparámos, adaptar esta mesma ficha de inventário para que, de forma lacónica, conseguíssemos elencar toda a informação necessária acerca da peça em análise. Há, de fato, itens de análise que não estão completos porque não existia a informação necessária para que se pudessem completar, no entanto, como o que se pretende é que este inventário seja o ponto de partida para um conhecimento mais aprofundado acerca desta coleção, e não uma última análise, achei pertinente a sua permanência dado que, a qualquer momento, eventualmente esta informação poderá ser completada.

Importa também, aqui, referir que este espólio é somente composto por peças provenientes da vila de Viana do Alentejo, o que contribui para que, esta análise seja, também, o reflexo do que foi, e é, produzido, nesta vila, ao longo dos anos pelos vários artesãos locais.

2.1- Alguns Aspetos para a Construção da Ficha de Inventário

De acordo com a Lei de Bases do Património Cultural, a *Lei nº. 107/2001,* de oito de Setembro, a proteção legal dos bens culturais móveis assenta na sua classificação e na sua inventariação.

Neste sentido procedeu-se à elaboração de uma ficha de inventário, adequada ao tipo de bem em questão. Para a concluir foram, também, tidas em linha de conta outras fichas de inventário, que, pese embora analisassem o mesmo tipo de peças, [[66]](#footnote-66) acabaram por não se apresentar como instrumentos de trabalho definitivos para as necessidades apresentadas, sendo, de fato, imprescindível avançar-se para a construção de uma ficha de inventário que se centra-se, totalmente, no espólio que iria ser analisado. Ainda assim, é incontestável que esta consulta que foi feita acabou por me facultar um olhar mais abrangente acerca, inclusive, das próprias peças que, por mim, estavam a ser analisadas.

Cada peça começa por ter um conjunto de carateres que definem, numa primeira fase a designação da peça e, numa segunda fase, o oleiro que a elaborou. Tome-se o exemplo *Aa1*:

A= Prato;

a = Feliciano Agostinho;

1 = Corresponde ao número da peça, vai evoluindo consoante os dois primeiros carateres.

No que diz respeito ao campo “Propriedade”, neste caso, ela irá ser sempre a Câmara Municipal de Viana do Alentejo, uma vez que, todas as peças analisadas pertencem a esta Instituição.

As informações referentes á “Oficina/Oleiro”, ou seja, à pessoa que produziu a peça, à “Data”, de execução da mesma, e à sua “Proveniência” são informações que são transmitidas pela própria peça, uma vez que este é o primeiro inventário que as irá registar. Assim, quando a peça não possui tais informações não é possível preencher estes campos, uma vez que estaríamos a especular acerca desses mesmos elementos. Desta forma, nos espaços correspondentes a estes itens, quando não for possível confirmar a informação estes irão em branco, dado que, como já mencionei, essa será uma informação que, numa futura hipótese de trabalho poderá, eventualmente, ser descoberta através de uma pesquisa vocacionada só para este aspeto.

Relativamente ao “Estado de Conservação” da peça este está dividido em três categorias, se assim se poder designar. São elas:

Bom – Utiliza-se quando a peça não apresenta qualquer sequela da passagem do tempo, ou seja, quando está intacta;

Razoável – Esta categoria é utilizada quando a peça analisada apresenta algumas fissuras, ou quando a pintura ou o vidrado estão a saltar, mas que, ainda assim, apresente a sua estrutura intata;

Mau – Esta designação é utilizada quando a peça, ao contrário do que acontece no estado anterior, não apresenta a estrutura intata, ou seja, quando está totalmente partida, independentemente de faltarem, ou não, fragmentos à sua estrutura.

Este campo, referente ao estado de conservação, é extremamente relevante porque, para além do mais, nos permite perceber se a peça em questão irá necessitar, ou não, de algum tipo de intervenção que vise a sua manutenção, ao longo do tempo. Também, por exemplo, se for o caso de algumas destas peças integrarem uma exposição, ou uma mostra periódica, será imprescindível que se consulte este campo, que, desta forma, será indispensável que esteja sempre atualizado, dado o proveito que dele se poderá retirar.

No que diz respeito tanto à “Designação atribuída pelos Oleiros” como, posteriormente, no campo referente à “Descrição” há que referir que a terminologia utilizada se prende com o uso da própria região. São, muitas vezes, peças que, pelo seu uso funcional e do quotidiano, têm estas designações dada a sua especificidade local, podendo ser, em alguns casos, uma terminologia só percetível mediante um vocabulário de uso comum.

Atendendo ao campo referente à “Funcionalidade da Peça” verificamos que este se subdivide noutros dois itens, referentes à “Utilização Original” e à “Utilização Atual”. Aqui, o que se pretende analisar é o caráter, decorativo ou utilitário, que é atribuído à peça, primeiro quando esta foi criada, ou seja, referente à sua utilização/função inicial e, numa segunda fase, se esse caráter original se mantém ou se, por outro lado, como já referimos, se alterou como consequência de um evoluir social. Existem, de fato, alguns exemplos em que esta situação acabou por ocorrer, ou, ainda, outras situações que, dada a especificidade da peça, esta acaba por ter, efetivamente, as duas funcionalidades, a utilitária e a decorativa.

No que diz respeito à “Decoração da Peça” também esta está dividida em dois itens: o que diz respeito à existência, ou não, de “Motivos Decorativos” e referente à utilização, ou não, de “Pintura”. Antes de mais, convém esclarecer que quando se fazem referência aos motivos decorativos prende-se com algum tipo de decoração, feita pelo oleiro, na própria cerâmica. Muitas vezes, estes mesmos motivos são feitos com instrumentos que não têm uma ligação direta com a olaria. Um desses exemplos é a utilização de pregos que, quer pela sua dimensão, quer pela sua precisão acabam por fornecer aos oleiros os meios adequados à concretização de um trabalho bastante minucioso. Esta existência de motivos decorativos não está dependente da peça apresentar algum tipo de pintura, ou não, uma vez que, na mesma peça, podem coabitar os dois tipos de decoração.



Fig. 2- Pormenor de uma peça decorada com alguns motivos

A terminar esta ficha de Inventário existe ainda um campo designado como “Observações”. Aqui, o que se pretende é que qualquer condição referente à peça em análise seja registada, como, por exemplo, uma intervenção que vise a sua manutenção, ou qualquer outro acontecimento digno de registo.

A finalizar, como últimas indicações, ficam os campos “Preenchido por” e “Data”. O primeiro visa identificar o responsável pelas anotações que são feitas, enquanto que o segundo campo pretende registar a data em que são feitas essas mesmas anotações.

É a partir desta Ficha de Inventário, que aqui apresentei detalhadamente, que se irá analisar parte do espólio pertencente à Câmara Municipal de Viana do Alentejo. Como também já referi, e penso ser pertinente referir novamente, esta ficha foi desenvolvida por mim tendo em conta o espólio existente, tendo por referência, evidentemente, outras fichas já existentes.

Seguem-se as descrições dos carateres que fazem parte da identificação, tanto da peça, como do oleiro que a produziu, como, aliás, está exemplificado neste ponto do trabalho.

* Descrição das siglas atribuídas às peças inventariadas

|  |  |
| --- | --- |
| **Descrição da peça** | **Carater Atribuído** |
| Prato | A |
| Alguidar | B |
| Peça Decorativa | C |
| Tigela | D |
| Panela | E |
| Azeitoneira | F |
| Caneca | G |
| Suporte de Canetas | H |
| Cinzeiro | I |
| Assador de Castanhas | J |
| Suporte de Vela | K |
| Bule | L |
| Jarra | M |
| Vaso | N |
| Pote | O |
| Jarro | P |
| Quadro | Q |
| Taça | S |
| Chávena | V |

* Descrição das siglas atribuídas aos oleiros

|  |  |
| --- | --- |
| **Descrição do Oleiro/ Oficina** | **Carater Atribuído** |
| Feliciano Agostinho | a |
| António Lagarto | b |
| Oficina do Sol | c |
| Manuel Pacheco | d |
| Filipa Augusta Calado | e |
| Adelino | f |
| Ricardito | g |
| Rafaela | h |
| Ana Maria | k |
| Sérgio Mendes | m |
| Maria João | n |

2.2- Análise das Peças Inventariadas

Aquando do início do meu estágio na Câmara Municipal de Viana do Alentejo foram várias as hipóteses de trabalho que surgiram. Uma das hipóteses apresentadas foi a análise do espólio de cerâmica que estava sob a alçada desta entidade pública. Foram-me dadas a conhecer as peças que estavam expostas nos vários gabinetes e órgãos camarários, no posto de turismo e foi-me dito que grande parte do espólio, possivelmente a maior parte, estava depositada, dada a falta de espaço, no sótão do edifício da Câmara Municipal. Foi, somente, no dia em que predispus a ir ao sótão que tive a real consciência da qualidade e da quantidade de peças que lá estavam armazenadas, em caixas de papelão e caixotes de plástico.

A primeira etapa foi a de retirar todas as peças para outra sala, de modo a conseguir ter a primeira perceção do tipo de objetos que existiam, e de, cuidadosamente, os limpar de modo a conseguir ver, para além do mais, o seu estado de conservação. Após serem, todas elas, contabilizadas constata-se que perfazem um total de cento e sessenta peças.

Por se encontrarem variadíssimos artefactos entre si a principal grande diferenciação que foi pensada prende-se com o seu caráter, ou seja, se têm algum tipo de funcionalidade têm um caráter utilitário, caso não aconteça consideram-se, portanto, peças de carácter decorativo. No entanto, esta questão carece de ser assim tão linear, dada a existência, por exemplo, de peças que começaram por ser utilitárias e, como já referi, por causa de uma série de alterações são hoje de caráter decorativo. Outras há, pelo contrário, que, não obstante de poderem ser utilizadas para a tarefa a que se destinam, pelo seu aspeto, são hoje também, peças de caráter decorativo.

Neste acervo, que foi aqui objeto de análise, outra particularidade prende-se com a autoria das peças. Embora não se saiba, em grande parte dos casos, a proveniência das mesmas, o fato é que, existem também peças da autoria de oleiros que não pertencem a esta vila, ou seja, estavam depositadas, neste acervo, alguns artefactos que eram ofertados, em visitas oficiais, à Entidade Camarária e que nada tinham a ver com o restante espólio. Nestes casos, as peças não são inventariadas nem contabilizadas, no entanto, não fazendo, portanto, parte desta análise, uma vez que estas não são representativas para a mesma, sendo que o que se pretende é que esta seja uma mostra do tipo de objetos que eram produzidos nos centros oleiros da vila, ao longo de diferentes anos.

Este inventário conta, portanto, com um total de cento e sessenta peças, como já foi referido. Deste total de cento e sessenta peças, aquelas que têm maior expressão são, sem dúvida, os pratos. Se cruzarmos esta informação, relativa à maior incidência de peças, com a informação relativa aos oleiros, verificamos que cabe ao oleiro Feliciano Agostinho a autoria do maior número de pratos existentes neste espólio, com um total de vinte e duas peças. Um volume igual de peças, ou seja vinte e duas, existe, mas sem informação relativa a quem as concebeu, uma vez que não surge nenhuma identificação na própria. Desta forma, de um total de cinquenta e dois pratos, onde já verificámos que vinte e duas destas peças são da autoria do oleiro Feliciano Agostinho, outros vinte e uma não têm qualquer indicação relativa a quem os concebeu, restam um total de oito peças, de onde três dessas peças provêm da Oficina do Sol, outras três pertencem á Oleira Filipa Augusta Calado, uma ao oleiro Manuel Pacheco e outra a uma aluna do Curso de Artes Decorativas II, Rafaela. Relativamente a estas peças nota-se, na sua decoração, uma evolução naquilo que era típico na olaria de Viana do Alentejo, nomeadamente a decoração com que esta é, agora, apresentada. Recorde-se que esta atividade era conhecida pelo caráter utilitário das peças e pela falta de pintura, com que estas se apresentavam. Agora, pelo contrário, uma grande maioria das peças existentes encontram-se pintadas. As cores que predominam são, sobretudo, o verde, o amarelo, o verde e o castanho, cores estas que nos remetem para a paisagem alentejana, tema, não poucas vezes, explorado na decoração, bem como o uso, em larga escala, de diferentes motivos geométricos.

Seguidos dos pratos, encontramos com um total de dezassete os artefactos com a designação de jarras e com um total de catorze os artefactos com a designação de vasos. A maior produção deste tipo de objetos provém da única oleira da vila, Filipa Augusta Calado, que, de um total de catorze vasos constam da sua autoria seis e de um total de dezassete jarras, onze são-lhe atribuídas. Deste espólio aqui agora mencionado, bem como da grande maioria do que se lhe é atribuído, apresenta-se datado, todo ele, de um único ano, o de 1982, por apurar fica o porquê desta questão. Toda a parte do espólio que pertence a esta oleira apresenta caraterísticas bastante demarcadas das restantes. Estas peças apresentam-se, na sua larga maioria, como se pode verificar nas fichas de inventário que seguem em anexo, sempre com um vidrado aplicado e com diferentes representações, que remetem para representações de animais, motivos florais, ou motivos geométricos, todos eles pintados a branco no corpo da peça. No que toca, ainda, aos vasos, dois deles foram produzidos pelo oleiro António Lagarto, um deles, pelo oleiro Feliciano Agostinho e, ainda, existem quatro que não têm qualquer identificação relativa ao local onde foram fabricados. Voltando, ainda, às jarras falta indicar que, do total que já tínhamos indicado, e das onze que pertencem á oleira Filipa Augusta Calado, quatro também não têm qualquer indicação de onde foram produzidas.

Com relativa evidência temos ainda a considerar os jarros, num total de dez peças. Dos quais seis deles, não estão identificados relativamente à sua proveniência, dois pertencem ao oleiro António Lagarto, um deles pertence à oleira Filipa Augusta Calado e o outro deles é da autoria do oleiro Feliciano Agostinho. Relativamente a estas peças é importante indicar que alguns destes exemplares se apresentam completamente pintados, outros, pelo contrário, surgem somente com uma aplicação de vidrado.

Igualmente contando um total de nove, surgem os potes. Deste total, quatro não estão identificados, igual número são, novamente, pertencentes à oleira Filipa Augusta Calado e um destes exemplares provem da oficina do oleiro Feliciano Agostinho.

Todas as restantes peças que fazem parte deste Inventário, ainda que não de menor importância, acabam por ter uma expressão bastante menos proeminente. Exemplo disso é, por exemplo, um alguidar, peça típica desta pequena industria oleira Vianense, mas que neste inventário surge como peça única na sua tipologia, onde, infelizmente, nem sabemos em que local é que ele foi produzido.

A questão da proveniência das peças, como já referi, mas que importa referi de novo, é, em alguns casos, uma incógnita. Sempre que a peça não está assinada não podemos ter a certeza de qual a sua proveniência, sem ser, obviamente, especulando. Uma vez que este se trata de um trabalho científico, e para que não cometamos nenhuma imprecisão, sempre que as peças não disponham tal informação esta também não irá constar nas fichas de inventário. O mesmo se aplica relativamente à proveniência das mesmas e à sua data de fabrico.

Este vasto espólio, cujas fichas de inventário seguem em anexo por forma a serem consultadas, foi a base de todo o trabalho de estágio realizado na Câmara Municipal de Viana do Alentejo. Como também já referi a ficha foi totalmente pensada para estas peças, de modo a que não houvesse nenhum pormenor importante deixado ao acaso.

3º. Capítulo - Estratégias para o Desenvolvimento da Olaria de Viana do Alentejo

Ao longo do presente relatório foram tratados uma série de dados que permitiram, de uma forma o mais abrangente possível, enquadrar a atividade da olaria na vila de Viana do Alentejo, ao longo do tempo. Este enquadramento era importante para se entender a coleção de peças pertencentes à Câmara Municipal de Viana que foram objeto do nosso inventário.

Desde o início do meu estágio me percebi que seria, de fato, pertinente incluir, quer pelo mestrado que frequento e no âmbito do qual realizo este relatório, quer pela importância da olaria como sector de atividade económica tradicional, um capítulo onde, para além de se refletir acerca de algumas medidas já tomadas pela Câmara Municipal de Viana do Alentejo relativamente à divulgação desta atividade económica e artesanal se pensassem, também, novas estratégias de valorização que permitam dar uma maior visibilidade à atividade da olaria enquanto património cultural.

Embora não seja o objetivo deste trabalho revitalizar, por si só, esta atividade, do ponto de vista económico, é, com toda a certeza, objetivo primordial contribuir para que a mesma comece a ser valorizada por aquilo que, de fato, é: um ofício que pelas diversas características que apresenta, e que vimos nos capítulos anteriores, pode ser entendido como parte integrante do património local desta vila. Desta forma, a revitalização desta atividade na Vila de Viana não seria, como referi anteriormente, levada a cabo meramente por questões económicas mas, sobretudo, por fazer parte da memória da sua comunidade e, consequentemente, do seu património local. Embora, as propostas de valorização apresentadas possam, por sua vez, aportar algum dinamismo económico ao concelho, por via de um turismo cultural, atraído pela possibilidade de melhor conhecer o funcionamento este setor artesanal.

Seguem-se, as propostas de valorização pensadas para desenvolver esta atividade. Primeiro as propostas levadas a cabo pela Câmara Municipal de Viana do Alentejo e, posteriormente, aquelas que foram pensadas por mim com o objetivo de revitalizar e valorizar esta atividade artesanal. Importa referir que, neste último caso, são mencionadas as principais linhas de atuação, podendo, em alguns casos, para a sua execução prática ser necessário uma adequação mais pormenorizada.

3.1- Ações de Divulgação e Valorização da Atividade de Olaria Promovidas pelo Município

A Câmara Municipal da vila de Viana do Alentejo tem desenvolvido várias iniciativas que visam dinamizar e valorizar o património local.

Esta preocupação, e a valorização desta consciência patrimonial, são fundamentais para o desenvolvimento do espírito de comunidade, enquanto conjunto de pessoas que, para além de habitarem a mesma vila com os vários problemas económicos e sociais que a afetam, compartilham o mesmo legado cultural e histórico.

No que diz respeito à promoção de ações relacionadas com a atividade da olaria, na vila de Viana do Alentejo, é importante mencionar a iniciativa que a Câmara desenvolveu no ano de 2006, em parceria com a Fundação Alentejo Terra Mãe. Este projeto visava melhorar a visibilidade e a apresentação das olarias da vila, proceder à criação de uma marca, que ficaria conhecida como “Olaria Alentejana”, construir sinalética concelhia que destacasse as oficinas de olaria, elaborar sacos para a venda de peças e, para além de tudo isto, remodelar os expositores onde eram apresentadas as peças para a promoção em feiras, por exemplo. A Fundação criou, ainda, um Curso de Olaria, com um período de duração de quatro dias, que previa a estadia dos participantes em Viana do Alentejo, e aliava o curso com passeios culturais e a degustação de ementas típicas, com prova de doces.

No âmbito deste projeto e ao longo da duração do mesmo realizou-se um ciclo de conferências, realizadas no Castelo da vila. Para divulgar a cerâmica da vila foram elaborados sacos para serem entregues no ato da venda das peças. Apesar do sucesso da iniciativa que, segundo parece, ainda reuniu alguns elementos não há nenhuma informação de que tal iniciativa se tenha repetido, sendo que, qualquer atividade organizada de desenvolvimento da olaria local não é, neste momento, levado a cabo pela Câmara Municipal. Ainda assim, penso que é de extrema relevância que aqui fique evidente que este organismo que, embora, como já mencionei, neste momento não tenha nenhuma iniciativa de promoção desta atividade está sensibilizado para a promoção deste tipo de ações, prova disso foi a recetividade com que receberam esta minha proposta de estágio e a forma como este sempre foi acompanhado.

Sem uma intervenção direta do município, há que referir, no entanto, que o oleiro Feliciano Agostinho (filho) tem um projeto de dinamização desta atividade em parceria com outra entidade turística que visa, através da visita e da explicação *in situ,* demonstrar todo o funcionamento de uma oficina de olaria dar a conhecer e promover este tipo de produção artesanal local.

3.2- Propostas de Valorização

Muitas são as cidades, vilas e mesmo aldeias que, através dos tempos, conseguem manter uma especialização industrial ou artística e através da qual são conhecidas. Este é, por exemplo, o caso de Arraiolos que tem no tapete (de Arraiolos) uma forma de promoção turística de todo o concelho, fomentando, ainda, toda uma dinâmica cultural em redor dessa mesma atividade artesanal.

Como temos constatado, ao longo deste relatório de estágio, é também este o caso da vila alentejana de Viana do Alentejo, que tem na olaria uma das mais antigas e tradicionais atividades artísticas e industriais.

Tendo, então, a indústria oleira esta importância nesta vila alentejana é urgente que se criem estratégias de valorização para que esta atividade, á semelhança do que acontece em Arraiolos, não se perca num esquecimento coletivo e termine, como acontece inúmeras vezes, registada, apenas, em trabalhos académicos. De fato, este registo que aqui se concretizou e as propostas de valorização que aqui nos propomos apresentar visam, precisamente, que esta situação não aconteça com a olaria de Viana do Alentejo.

Um dos principais riscos que este tipo de atividades sofre prende-se com a própria evolução da sociedade. Tudo é efémero, o evoluir da ciência e da tecnologia transportou-nos para uma realidade que está, permanentemente e em constante mudança e evolução onde, rapidamente, qualquer objeto cai em desuso. Para além disso, a indústria permite, hoje, uma resposta a qualquer pedido num período cada vez mais curto, dado o seu, cada vez maior, nível de maquinização. Associando a tudo isto o aparecimento de novos materiais, muitas vezes mais ágeis e de uma higienização mais fácil, rapidamente nos apercebemos como os materiais mais antigos, que faziam parte do uso quotidiano diário da maioria da população tem tendência a cair em desuso. Assim aconteceu, por exemplo, com determinadas peças de cerâmica que de uma forma constante deixaram de ser necessárias no dia-a-dia da grande maioria da população em geral.

Desta forma, a valorização de determinadas atividades, principalmente daquelas que acabam por contar a história de uma comunidade, torna-se cada vez mais premente. É neste sentido que este ponto ganha toda a relevância, uma vez que o que aqui se pretende é, sobretudo, criar estratégias que, de alguma forma, possam, para além de desenvolver e promover um processo de valorização desta atividade industrial, criar estratégias de divulgação para que a mesma, para além de fazer parte do imaginário da população possa, de alguma forma, fazer parte da vida da comunidade, através da promoção de atividades que chegue até ela. Ou seja, pretende-se que uma atividade industrial típica desta região, seja o ponto de partida para a criação, ou para o desenvolvimento, de um espírito comunitário, em torno daquilo que são as suas raízes.

Para além disto, e remetendo a justificação da importância da salvaguarda desta atividade associada ao conceito de património, temos que ter em conta, então, que este conceito está associado a uma ideia de herança, de transmissão de testemunhos, de histórias e de memórias. Assim sendo, o património desempenha um papel importante na formação da memória coletiva, até porque dá uma noção simultânea de continuidade e mudança, entre o passado e o presente. Embora aqui não se trate da valorização e dinamização de um monumento histórico, mas sim de uma atividade industrial, podemos, de qualquer forma, lembrar o conceito de monumento histórico de Riegl, que se prende com a necessidade de identificação de uma comunidade com aquilo que, de certa forma, a representa:

“Enquanto o monumento é uma criação deliberada com o objetivo de transmitir, *à priori*, a mensagem de um conjunto de factos, ritos ou tradições às gerações futuras, de forma a perpetuar a identidade e o carácter distintivo de uma cultura, o monumento histórico, não é inicialmente criado como tal, adquire esse valor *à posteriori*. Isto é, embora o monumento histórico não tenha inicialmente um objetivo memorial, a sociedade elege-o entre um conjunto de obras por entender que representa uma determinada identidade e que a sua conservação é imperativa para a sobrevivência da memória de uma determinada sociedade”.[[67]](#footnote-67)

É, de fato, esta associação de monumento histórico e identidade comunitária, que neste excerto de Riegel está tão presente, que remete para esta questão veemente, que é a importância que existe de apostar numa recuperação da memória, para que, a partir daí, surja a tal identificação comum, “(…) imperativa para a sobrevivência da memória de uma determinada sociedade.”[[68]](#footnote-68)

Justificada que está, a partir deste excerto, a necessidade de preservação da memória como elemento de reforço da identidade das comunidades, é necessária, agora, a reflexão acerca das iniciativas que podem ser levadas a cabo como forma de potenciar a salvaguarda e a valorização desta atividade industrial enquanto património cultural do município.

Cada vez mais as novas tecnologias têm sido utilizadas e têm servido como instrumento de divulgação dos vários tipos de património, se assim se entender. É comum, por exemplo, acedermos comodamente, através da internet, a uma obra que, à partida, seria inacessível, mas que, pelo facto de estar digitalizada e disponível *on-line* é passível de ser consultada.

Tomando esta ideia como exemplo, e tendo consultado, como já referi anteriormente, alguns inventários *on-line,* parece-me oportuno propor, numa primeira fase, a inventariação total das peças que a Câmara Municipal de Viana do Alentejo detém[[69]](#footnote-69), uma vez que, só após este estudo estar concluído é que se poderão começar a delinear, verdadeiramente, as estratégias de valorização para este tipo de património. De fato, a ideia de, depois de estudadas e inventariadas as peças se colocar o catálogo *on-line* é uma maior valia. Isto porque, para além de se divulgar o património local, permite, acima de tudo, que alguns dos interessados possam conhecer e usufruir deste espólio.

Como também já referi anteriormente a olaria que é produzida na vila de Viana do Alentejo tem caraterísticas específicas. Basta relembrarmos qual foi a proveniência da matéria-prima durante séculos, que se fazia a partir de uma herdade do próprio concelho, a Herdade dos Baiões, para confirmarmos tal peculiaridade. Para além disso, o seu caráter que era sobretudo utilitário e a evolução que foi tendo ao longo dos anos, muito por consequência da Escola de Desenho Industrial que se instalou em Viana do Alentejo, são outros dos argumentos que sustentam esta peculiaridade.

Um dos problemas com que nos confrontamos no inventário das peças foi o da datação das mesmas. Não existindo qualquer forma de fazer essa datação a partir das informações histórias a hipótese será no futuro recorrer ao auxilio das novas tecnologias de datação do património cultural. Assim, é comum, por exemplo, o recurso ao uso da química para garantir a datação de determinadas peças, através do estudo e da análise dos diversos materiais que a compõem, que poderão certificar, de alguma forma, a sua peculiaridade e a necessidade que, por isto, representa garantir a sua salvaguarda. Desta forma, também neste caso, o recurso à química seria, sem dúvida, uma mais-valia. Através deste procedimento justificar-se-ia, de certa forma, a origem da matéria-prima e garantia-se que se tratam de peças típicas de Viana do Alentejo com valor patrimonial destas peças e conseguir-se-ia, com toda a certeza, uma certificação que viesse comprovar e autenticar a cerâmica proveniente de Viana do Alentejo. Ao longo de todo o tempo de preparação deste relatório, e por razões várias, não foi possível valer-me deste recurso e proceder à realização deste tipo de análise tão precisa. Embora tivesse entabulado, neste sentido, conversações com o Centro Hércules[[70]](#footnote-70), não foi, de todo, possível devido aos projetos com que o Centro Hercules já estava comprometido em realizar. No entanto, fica em aberto esta possibilidade para, possivelmente, ser analisada posteriormente.

À semelhança do que também já aconteceu em 2006, numa parceria conjunta entre a Câmara Municipal de Viana do Alentejo, a Fundação Alentejo Terra Mãe e que contou, ainda, como não podia deixar de ser, com o apoio dos oleiros desta vila, seria pertinente a organização de um projeto que visasse melhorar a visibilidade desta indústria oleira, não só a nível regional ou nacional mas, sobretudo, a nível local, dando a hipótese aos interessados desta vila de poderem conhecer melhor os trabalhos de olaria que nela são realizados.

Neste sentido, são várias as atividades que podem ser promovidas começando pela apresentação, nas próprias escolas da vila, de um projeto que levasse os alunos à realidade daquilo que eram, e agora são, as oficinas de olaria, dando-lhes a conhecer não só esta atividade mas, sobretudo, a importância que tem na localidade onde se insere. Para tal teria que se contar, mais uma vez, com a colaboração dos oleiros locais na tentativa de darem o seu relato pessoal do que significa ser oleiro hoje e, no caso dos oleiros mais antigos, como era encarada esta profissão quando a iniciaram, há muitos anos atrás. Desta troca de experiências resultaria no final de uma exposição, em que os alunos tivessem um contato com a história desta atividade, na vila e Viana do Alentejo, ao longo dos anos, passível de ser organizada, por exemplo, no Cine-Teatro desta localidade. Para além disso seria conveniente a preparação de material pedagógico, como desdobráveis explicativos e apelativos às diferentes faixas etárias. De todos os objetivos que se poderiam alcançar com a execução desta atividade há que dar principal destaque à promoção do contacto e respeito pela cultura local, à valorização de uma importante atividade artesanal da vila, à partilha de saberes e, por parte dos jovens haveria o despertar e o desenvolver da curiosidade, do saber e da atitude critica face a este tipo de atividades.

No sentido, de identificação da comunidade com o património local, poderia pensar-se à semelhança do que acontece em alguns concelhos, onde há a seleção, periodicamente, de uma peça pertencente ao espólio local, também em Viana do Alentejo se poderia fazer algum de semelhante. O mesmo quer dizer que, da coleção de cerâmica, pertencente à Câmara Municipal desta vila, seria eleita, mensalmente, uma peça que ficaria exposta num local público, como a Biblioteca Municipal, o Posto de Turismo ou o Cine-Teatro, de modo a ser vista pelo maior número de população. Para além de ficar exposta haveria a necessidade de se recolher o maior número de informação disponível acerca da mesma para que, assim, fosse possível “contar” a sua história. Por forma a conseguir-se, ainda, um maior destaque e abranger um maior número de população seria pertinente se esta iniciativa tivesse destaque num jornal ou boletim local. Até porque esta é, sem dúvida, uma forma de aproximar a comunidade das suas tradições, sentindo vanglória do património que a ela pertence.

Seguindo esta ótica de divulgação e de partilha de conhecimentos outra hipótese passível de ser concretizada prende-se com a realização de um ciclo de conferências que fomentasse o debate, entre os vários oleiros, por exemplo, da região do Alentejo e alguns especialistas para que, desta forma, se chame a atenção para os principais problemas que se sentem nesta região e se identifiquem as principais necessidades e fragilidades do setor. Há, de fato, a necessidade de tornar este projeto o mais abrangente possível, uma vez que se torna imprescindível o contributo de especialistas que trabalham e conhecem de perto outras realidades e que assim podem, para além de identificar alguns problemas, determinarem estratégias para estes se ultrapassarem. Para que a realização desta proposta se possa tornar viável é imprescindível contar com a colaboração dos oleiros locais para que se faça uma primeira abordagem das necessidades detetadas localmente e, a partir dai, se construa um aliciante ciclo de debates.

Foram aqui por mim elencadas algumas sugestões de divulgação e dinamização do espólio de cerâmica pertencente à Câmara Municipal de Viana do Alentejo. Estas propostas acabam por cobrir três vetores imprescindíveis para a consciencialização desta temática: a necessidade de estudar e conservar este espólio, dado que é uma mostra da cultura local; a sensibilização do público para a importância das atividades tradicionais no caso vertente a olaria, mediante o envolvimento do público das escolas e, através da peça do mês, para a população em geral; e, ainda, a proposta referente ao ciclo de conferências, que, para além da produção científica que poderá gerar, é importante o seu contributo para se pensarem em estratégias que visem um desenvolvimento premente desta atividade, não só em Viana do Alentejo mas também a nível regional.

Há, também, e mais uma vez, que salientar os dois aspetos mais relevantes aqui aludidos. O primeiro prende-se com a necessidade de se desenvolver o estudo que, com o meu estágio, se começou a fazer, o mesmo é dizer que seria importante, antes de mais, inventariar-se, na totalidade, todo o espólio de cerâmica pertencente à Câmara Municipal, uma vez que, só assim, conhecendo-se, é que se pode valorizar. Para além disso, e remetendo novamente para Riegel, que esclarece que só existindo monumento histórico é que há aquilo a que se chama a identidade de um povo, relembro a importância que este estudo acerca desta atividade tradicional de Viana do Alentejo, pode ter na construção da identidade da sua comunidade.

Nesta lógica de associações esta atividade industrial surge não como recetora, mas, sobretudo, como promotora de desenvolvimento local desta vila.

Conclusão

Ao terminar esta experiência académica fica a certeza que esta foi essencial para o meu desenvolvimento, tanto pessoal como profissional. Para além da componente curricular, que permitiu o alargar de horizontes relativamente a determinados assuntos abordados e passíveis de serem debatidos, também o estágio realizado na Câmara Municipal de Viana do Alentejo se apresentou como uma experiência bastante relevante.

Esta experiência profissional, para além de me permitir o contato com a realidade laboral, em todas as suas valências, deu-me a possibilidade de conhecer pessoas a quem muito agradeço, desde já, pela ajuda que me prestaram e pela recetividade com que me acolheram.

Tentei, tanto com o trabalho realizado *in situ*, como com o relatório aqui apresentado, despertar o interesse da comunidade para a importância que esta atividade teve, e ainda tem, na vila de Viana do Alentejo. Penso, de resto, que só havendo esta interação entre a comunidade e o património, como ficou bem patente ao longo desta exposição, é que se conseguem pensar e cumprir as metas que foram aqui propostas e outras que, com toda a certeza, serão pensadas, também, por parte dos Organismos Culturais desta vila.

De fato, só preservando aquilo que é a nossa memória cultural coletiva é que pode haver uma identificação de comunidade, enquanto pessoas que se organizam e que compartilham o mesmo legado cultural e histórico.

Bibliografia

MURALHA, Pedro (dir.), *Álbum Alentejano: Distrito de Évora*, Pedro Muralha (dir.), Tomo II, Imprensa Beleza. Lisboa, 1931.

CAETANO, Francisco Manuel Perfeito dos Santos, *O Ensino Técnico Artístico no Porto durante o Estado Novo 1948 1973*, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Dissertação de Mestrado em História da Educação: Porto, 2009

* CARVEIRO, Eugénio Lapa, *O Fim da Olaria Tradicional Portuguesa,* Associação Portuguesa para o Progresso das Ciências: Lisboa, 1970.
* Conversas à Volta da Olaria, [org.] Oficinas do Convento – Associação Cultural de Arte e Comunicação (Montemor-o-Novo): Oficinas do Convento, 1998.
* MAXIMINO, Paulo (coord.), Exercício de Inventário: a propósito de duas doações de Olaria Portuguesa, Museu Nacional de Etnologia: Cartaxo, 2008.

FADISTA, Francisco José Patinhas, *Viana do Alentejo, Vila Transtagana*, Universidade de Évora: Évora, 1983, p. 10

* FERNANDES, Isabel Maria, SILVA, Raquel Henriques da, SILVA, Rodrigo Banha da, *Olaria Portuguesa: do fazer ao usar*, Assirio & Alvim: s.l., 2003.
* Fichas de Olaria, Câmara Municipal de Barcelos, Museu de Olaria, Barcelos: M.O, 1980.
* JORGE, Susana Oliveira, “Conservar para quê? Apontamento”, *in* *Conservar para quê?,* Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Porto Coimbra: Lisboa, 2005.
* JORGE, Virgolino Ferreira, *Património e Identidade Nacional*, nº. 9, Universidade de Évora: Évora, 2000

LEAL, Augusto Soares d´Azevedo Barbosa de Pinho, *Portugal Antigo e Moderno. Dicionário Geográphico, Estatístico, Chorographico, Heraldico, Histórico, Biographico e Etymologico de todas as Cidades, Villas e Freguezias de Portugal, Vol. 10, Livraria editora de Mattos Moreira & Cardosos:* Lisboa, *1882.*

MARTINHO, António Manuel Matoso, *A Criação do Ensino Industrial em Portugal*, Universidade Católica Portuguesa: Lisboa, 2006.

* MONTE, Gil, *A Olaria Eborense: séc. XIV a XIX*, [s.l.], 1984.
* PARVAUX, Solange, *La Ceramique Populaire du Haut-Alentejo*, Paris, 1968.
* RIBEIRO, Margarida, *A Mecânica ao Serviço da Olaria Popular*, Instituto Português de Arqueologia, História e Etnologia: Lisboa, 1970.
* RIEGEL, Alois, *Le Culte Moderne dês Monuments: son essence et sa génese*. Traduit de l´Allemand par Daniel Wieczorek; avant propôs de Françoise Choay, Seuil: Paris, 1984.

RODRIGUES, Paulo Simões, “A Apologia da Cidade Antiga. A Formação da Identidade de Évora (sécs. XVI-XIX)”, Departamento de História da Universidade de Évora Dissertação de Doutoramento em História da Arte: Évora, 2008.

SILVA, Armando, “Arqueologia e Património Industrial Alguns Contributos para a Necessária Renovação de Conceitos Práticos”, in *I Encontro Nacional sobre Património Industrial*, Coimbra Editorial: Coimbra, 1986.

Sítios

* <http://www.mun-montijo.pt/NR/rdonlyres/065271B6-31FE-asdeArtesanato2.pdf> (Consultado no dia 9/10/2011)
* <http://www.museuolaria.org/inweb/ficha.aspx?id=456&src=museuolaria> (Consultado no dia 18/ 9/ 2011)
* <http://www.cmvianadoalentejo.pt/pt/conteudos/o+concelho/geografia/Outros+dados.htm> (Consultado no dia 6/ 9/ 2011)
* <http://www.eps-viana-alentejo.rcts.pt/patrono.htm> (Consultado no dia 21/ 9/ 2011)
* <http://aaaeice.blogspot.com/2010/06/breve-historia-da-escola-industrial-e.html> (Consultado no dia 21/ 9/ 2011)
* http://www.hercules.uevora.pt/ (Consultado dia 1/4/2012)
* <http://www.getty.edu/conservation/researchresources/charters.html> (Consultado no dia 6/9/2011)
* <http://www.igespar.pt/pt/account/legislacao/> (Consultado no dia 18/9/2011)

Fontes

* Arquivo Municipal de Viana do Alentejo:
  + - * Processos para a Concessão de Alvarás para abertura de Estabelecimentos Industriais

Cota: CMVA/K/D/002/ Mç 001 – 1926/ 27

* + - * Inquéritos Industriais

Cota: CMVA/ K/ D/ 003/ Mç 001 - 1890

* + - * Autos de Vistoria enviados pela quarta Circunscrição Industrial

Cota: CMVA/ K/ D/ 004/ Mç 001 – 1926/ 27

* + - * Documentos vários referentes à Industria

Cota: CMVA/ K / D/ 005/ Mç 001 – 1920 - 1942

* + - * Requerimentos para Licenciamento de Estabelecimentos

Cota: CMVA/ K/ G/ 006/ Mç 001 – 1934

Anexos

1. JORGE, Virgolino Ferreira, *Património e Identidade Nacional*, nº. 9, Universidade de Évora: Évora 2000, p. 2 [↑](#footnote-ref-1)
2. Idem [↑](#footnote-ref-2)
3. <http://www.igespar.pt/en/patrimonio/pesquisa/geral/patrimonioimovel/detail/70566/> [↑](#footnote-ref-3)
4. Conferência Internacional de Atenas, 1931, p. 2 [↑](#footnote-ref-4)
5. Conferência Internacional de Atenas, 1931, p. 3 [↑](#footnote-ref-5)
6. Tome-se como exemplo o Templo Romano de Évora. Desde a Idade Média até ao ano de 1836, este monumento foi utilizado como açougue, tendo, desta forma, chegado ao século XIX significativamente modificado, “ (…) com os vãos intercolunares preenchidos com panos de alvenaria, formando paredes que subiam a nível do entablamento original e eram ameadas”, como refere Paulo Simões Rodrigues. No sentido de dar a notabilidade merecida a este monumento, sendo, como afirma Cunha Rivara, “ (…) o mais relevante monumento romano do território português”, e depois de consultados, a nível nacional, as vinte personalidades consideradas como autoridades nas áreas da Arqueologia, História e Arquitectura, decidiu-se pela expurgação total de todos os elementos que não fossem pertencentes ao período romano. Assim sendo e atribuída a direcção da campanha ao arquiteto italiano Giuseppe Cinatti, iniciaram-se as obras no ano de 1870, terminando um ano mais tarde, já com o edifício “limpo” de todos os acrescentes medievais e quinhentistas. RODRIGUES, Paulo Simões, *A Apologia da Cidade Antiga. A Formação da Identidade de Évora (sécs. XVI-XIX),* Departamento de História da Universidade de Évora, 2008. pp. 366 a 380. Dissertação de Doutoramento em História da Arte. [↑](#footnote-ref-6)
7. Carta de Veneza, 1964, pp. 1 e 2. [↑](#footnote-ref-7)
8. Convenção do Património Cultural, 1972, p. 2 [↑](#footnote-ref-8)
9. Convenção do Património Mundial, 1972, p 2. [↑](#footnote-ref-9)
10. Carta Europeia do Património Arquitectónico, 1975, p. 1 [↑](#footnote-ref-10)
11. Carta Europeia do Património Arquitectónico, 1975, p. 2 [↑](#footnote-ref-11)
12. Recomendação sobre a Salvaguarda dos Conjuntos Históricos e da sua função na vida contemporânea, 1976, p. 1 [↑](#footnote-ref-12)
13. Carta de Florença, 1981, p. 1 [↑](#footnote-ref-13)
14. Convenção de Granada, 1985, p. 2 [↑](#footnote-ref-14)
15. Carta Internacional para a Salvaguarda das Cidades Históricas, 1987, p. 2 [↑](#footnote-ref-15)
16. JORGE, Virgolino Ferreira, *Património e Identidade Nacional*, nº. 9, Universidade de Évora: Évora 2000, p. 2 [↑](#footnote-ref-16)
17. SILVA, Armando, “Arqueologia e Património Industrial Alguns Contributos para a Necessária Renovação de Conceitos Práticos*”*, in *I Encontro Nacional sobre Património Industrial*, Coimbra Editorial: Coimbra, 1986, p. 79 [↑](#footnote-ref-17)
18. Recomendação Nº. R (91) 13 sobre a Protecção do Património Arquitectónico do Século XX, 1991, p. 1 [↑](#footnote-ref-18)
19. Idem, p. 2 [↑](#footnote-ref-19)
20. Idem, p. 2 [↑](#footnote-ref-20)
21. JORGE, Susana Oliveira, “Conservar para quê? Apontamento”, *in* *Conservar para quê*?, Porto Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2005, p. 61 [↑](#footnote-ref-21)
22. Tome-se o caso do oleiro Feliciano Agostinho e António Lagarto. [↑](#footnote-ref-22)
23. <http://www.museuolaria.org/pagina,1,93.aspx> [↑](#footnote-ref-23)
24. Importa referir o inventário do município do Montijo, consultado em: [http://www.mun-montijo.pt/NR/rdonlyres/065271B6-31FE-429E-89A8- 94D1A4ED9945/59432/PeC3A7asdeArtesanato2](http://www.mun-montijo.pt/NR/rdonlyres/065271B6-31FE-429E-89A8-%2094D1A4ED9945/59432/PeC3A7asdeArtesanato2).

    pdf; e o inventário do museu de olaria, em Barcelos em: <http://www.museuolaria.org/inweb/geral>.aspx [↑](#footnote-ref-24)
25. MURALHA, Pedro (dir.), *Álbum Alentejano: Distrito de Évora*, Pedro Muralha (dir.), Tomo II, Imprensa Beleza. Lisboa, 1931, p. 460 [↑](#footnote-ref-25)
26. Idem, p. 460 [↑](#footnote-ref-26)
27. Idem, p. 460 [↑](#footnote-ref-27)
28. <http://www.cm-vianadoalentejo.pt/pt/conteudos/o+concelho/geografia/Outros+dados.htm> [↑](#footnote-ref-28)
29. FADISTA, Francisco José Patinhas, *Viana do Alentejo, Vila Transtagana*, Universidade de Évora: Évora 1983, p. 10 [↑](#footnote-ref-29)
30. MURALHA, Pedro (dir.), *Álbum Alentejano: Distrito de Évora*, Pedro Muralha (dir.), Tomo II, Imprensa Beleza. Lisboa, 1931, p. 460 [↑](#footnote-ref-30)
31. Idem, p. 460 [↑](#footnote-ref-31)
32. Idem, p. 460 [↑](#footnote-ref-32)
33. LEAL, Augusto Soares d´Azevedo Barbosa de Pinho, *Portugal Antigo e Moderno. Dicionário Geográphico, Estatístico, Chorographico, Heraldico, Histórico, Biographico e Etymologico de todas as Cidades, Villas e Freguezias de Portugal*, Vol. 10, Livraria editora de Mattos Moreira & Cardosos: Lisboa 1882, pp. 322, 323. [↑](#footnote-ref-33)
34. MURALHA, Pedro (dir.), *Álbum Alentejano: Distrito de Évora*, Pedro Muralha (dir.), Tomo II, Imprensa Beleza. Lisboa, 1931, p. 460 [↑](#footnote-ref-34)
35. LEAL, Augusto Soares d´Azevedo Barbosa de Pinho, *Portugal Antigo e Moderno. Dicionário Geográphico, Estatístico, Chorographico, Heraldico, Histórico, Biographico e Etymologico de todas as Cidades, Villas e Freguezias de Portugal*, Vol. 10, Livraria editora de Mattos Moreira & Cardosos: Lisboa 1882, p. 328. [↑](#footnote-ref-35)
36. FADISTA, Francisco José Patinhas, *Viana do Alentejo, vila Transtagana*, 1983, Universidade de Évora: Évora, p. 11 [↑](#footnote-ref-36)
37. MURALHA, Pedro (dir.), *Álbum Alentejano: Distrito de Évora*, Pedro Muralha (dir.), Tomo II, Imprensa Beleza. Lisboa, 1931, p. 460 [↑](#footnote-ref-37)
38. FADISTA, Francisco José Patinhas, *Viana do Alentejo, vila Transtagana*, 1983, Universidade de Évora: Évora, p. 11 [↑](#footnote-ref-38)
39. Idem, p. 29 [↑](#footnote-ref-39)
40. Tome-se o caso do Sr. Feliciano Agostinho e António Lagarto. [↑](#footnote-ref-40)
41. Após contactar o Torre do Tombo foi-me indicado que com o topónimo “Baiões” não encontraram nenhum foro nas proximidades de Viana do Alentejo, (ver nota 16). [↑](#footnote-ref-41)
42. A informação da proveniência da matéria-prima desta Herdade não foi confirmada. O Tombo em questão não foi encontrado na Torre do Tombo, após se ter consultado a Chancelaria Régia de D. Afonso III, as Inquirições, o Núcleo Antigo e as Coleções das Gavetas e do Corpo Cronológico. [↑](#footnote-ref-42)
43. Segundo informação do oleiro Feliciano Agostinho esta tinta vem em pasta, como o barro, mas derrega-se totalmente nos tanques, de modo a ficar liquida, enquanto o barro só amolece. [↑](#footnote-ref-43)
44. Segundo o oleiro supra citado o caulino é uma tinta branca proveniente de Santiago de Rio de Moinhos, concelho de Borba. [↑](#footnote-ref-44)
45. Expressão típica utilizada pelos Oleiros para imprimir o significado de danificar. [↑](#footnote-ref-45)
46. Esta informação irá ser tratada no ponto III deste capítulo, referente às Oficinas de Olaria. [↑](#footnote-ref-46)
47. O vidrado inicialmente obtinha-se a partir de chumbo em pó que se misturava com água. Posteriormente começou a ser comercializado de forma industrial e era conhecido como zarcão. Após existir legislação específica que proibia o uso de chumbo, este começou a ser adquirido já preparado. Importa também referir que o vidrado sem chumbo não vidrava a temperaturas tão baixas como as que os fornos a lenha atingiam. [↑](#footnote-ref-47)
48. Informação recolhida pela mesma fonte, o oleiro Feliciano Agostinho [↑](#footnote-ref-48)
49. Entende-se por capital fixo aquele que estava aplicado em materiais e equipamentos, nas oficinas. [↑](#footnote-ref-49)
50. Entende-se por capital circulante as peças já executadas, destinadas a serem comercializadas. [↑](#footnote-ref-50)
51. Ver em anexo “Inquéritos Industriais (1890)”, em anexo. [↑](#footnote-ref-51)
52. Veja-se para tal o ponto II Da Obtenção da Matéria-Prima à Produção da Peça. [↑](#footnote-ref-52)
53. Mais informações constam no próximo capítulo, aquando da análise do espólio tratado. [↑](#footnote-ref-53)
54. António Isidoro de Sousa nasceu em Viana do Alentejo a quatro de Abril de 1843. Filho de António José de Sousa, distinto médico desta vila, que dividia o seu tempo entre as funções clínicas e as obras de caridade e de instrução locais e de Maria José de Sousa, também conhecida pelas obras de caridade que também praticava tendo, inclusive, fundado a Creche e o Asilo de Órfãs de Viana, desde cedo se começou a destacar a vários níveis. Aos vinte e um anos completou, com distinção, o curso de Veterinário – Lavrador no Instituto Agrícola, indo exercer, posteriormente, o cargo de Intendente de Pecuária no distrito de Évora. Exerceu igual cargo em Coimbra, exerceu, depois, o cargo de Agrónomo em Beja, onde deu impulso ao uso dos adubos químicos e onde fez, também, um ensaio de uma adega social. Ainda em Beja fundou a Liga dos Lavradores do Baixo Alentejo, acabando por criar em Viana do Alentejo, sua terra natal, o seu anterior projeto, a adega social e a União Vinícola e Oleícola do Sul, uma cooperativa popular de consumo, tendo anexa uma sociedade de socorros mútuos e uma caixa de crédito popular. Para além disso, fez criar também em Viana do Alentejo uma Escola – Oficina de cerâmica e de desenho industrial, com o nome de seu pai, Médico de Sousa. A juntar a tudo isto ainda foi um dos mais fervorosos apoiantes do movimento municipalista que determinou a restauração dos concelhos suprimidos em 1895, por João Franco.

    Acabou por falecer em 19 de Setembro de 1914, tendo pouco antes inaugurado uma serei de lições práticas de agricultura, na última herdade cuja divisão em glebas promovera.

    Álbum Alentejano: Distrito de Évora, Pedro Muralha (dir.), Tomo II, Lisboa, Imprensa Beleza, 1931, p. 466 [↑](#footnote-ref-54)
55. MARTINHO, António Manuel Matoso, *A Criação do Ensino Industrial em Portugal*, Universidade Católica Portuguesa: Lisboa, 2006, pp. 15 e 16 [↑](#footnote-ref-55)
56. Idem pp. 16 [↑](#footnote-ref-56)
57. Idem pp. 16 [↑](#footnote-ref-57)
58. Idem pp. 16 [↑](#footnote-ref-58)
59. Idem p. 25 [↑](#footnote-ref-59)
60. <http://www.eps-viana-alentejo.rcts.pt/patrono.htm> [↑](#footnote-ref-60)
61. <http://www.eps-viana-alentejo.rcts.pt/patrono.htm> [↑](#footnote-ref-61)
62. CAETANO, Francisco Manuel Perfeito dos Santos, *O Ensino Técnico Artístico no Porto durante o Estado Novo 1948 1973*, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Dissertação de Mestrado em História da Educação: Porto, 2009, p. 46.

    [↑](#footnote-ref-62)
63. Idem, pp. 56 e 57 [↑](#footnote-ref-63)
64. Idem, p. 50 [↑](#footnote-ref-64)
65. <http://aaaeice.blogspot.com/2010/06/breve-historia-da-escola-industrial-e.html> [↑](#footnote-ref-65)
66. Há que mencionar as fichas de inventariação de peças de cerâmica do município de Montijo, ( consultadas em http://www.mun-montijo.pt/NR/rdonlyres/065271B6-31FE-429E-89A8-94D1A4ED9945/59432/PeC3A7asdeArtesanato2.pdf ), bem como do museu da olaria, em Barcelos, (consultadas em: http://www.museuolaria.org/inweb/geral.aspx). [↑](#footnote-ref-66)
67. RIEGEL, Alois, *Le Culte Moderne dês Monuments: son essence et sa génese*. Traduit de l´Allemand par Daniel Wieczorek; avant propôs de Françoise Choay. Paris: Seuil, 1984, p. 85. [↑](#footnote-ref-67)
68. Idem [↑](#footnote-ref-68)
69. Relembro, mais uma vez, que este relatório trata, somente as peças que estavam depositadas no sótão do edifício da Câmara Municipal de Viana do Alentejo. [↑](#footnote-ref-69)
70. Veja-se: <http://www.hercules.uevora.pt/> [↑](#footnote-ref-70)